

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO
CURSO DE JORNALISMO

Gabriel Rosa Padilha

Aldear: a democracia indígena

Florianópolis

2023

Gabriel Rosa Padilha

Aldear: a democracia indígena

RELATÓRIO TÉCNICO

do Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

Disciplina JOR 6802 - Trabalho de Conclusão de Curso, professor Fernando Crocomo

Orientador: Prof. Aureo Mafra de Moraes, Dr.

Florianópolis

2023

Ficha de identificação da obra

Padilha, Gabriel Rosa

Aldear : A democracia indígena / Gabriel Rosa Padilha ; orientador, Aureo Mafra de Moraes, 2023.

64 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Graduação em Jornalismo, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Jornalismo. 2. Indígenas. 3. Política. 4. Jornalismo. 5. Documentário. I. Moraes, Aureo Mafra de. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Jornalismo. III. Título.

Gabriel Rosa Padilha

Aldear: a democracia indígena

Este Trabalho Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de bacharel e aprovado em sua forma final pelo Curso de Jornalismo.

Florianópolis, 04 de julho de 2023.

Prof^ª. Valentina da Silva Nunes , Dra.
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Prof. Aureo Mafra de Moraes, Dr.
Orientador(a)
Instituição UFSC

Prof^ª. Cárilda Emerim, Dra.
Avaliador(a)
Instituição UFSC

Prof^ª. Isabel Colucci, Dra.
Avaliador(a)
Instituição UFSC

Este trabalho é dedicado aos meus avós que me apresentaram a terra, as sementes, as plantas, as árvores, as flores e os frutos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha mãe e meu pai por todo o apoio durante a jornada da graduação e aos seus cuidados diários mesmo que de forma distante. Agradeço a Leticia que surgiu em minha vida ainda no planejamento deste trabalho, acompanhou e esteve ao meu lado para ouvir sobre as alegrias, emoções e angústias do processo de produção. Também agradeço aos meus amigos que se tornaram uma nova família para mim em Florianópolis.

Registro o agradecimento ao curso de Jornalismo, aos professores e à UFSC pelos ensinamentos e experiências que proporcionaram meu crescimento.

“Para el que mira sin ver, la tierra
es tierra nomás”
Atahualpa Yupanqui

RESUMO

“Aldear: a democracia indígena” é um documentário em vídeo que registra historicamente a presença de indígenas em espaços dos três poderes do Estado brasileiro. Com foco no protagonismo dos povos originários no legislativo, executivo e judiciário, esta produção retrata discursos de lideranças como Mário Juruna, nos anos finais da ditadura militar, além da presença ativa do movimento social organizado na Assembleia Constituinte e a luta pelos direitos conquistados na Constituição Federal de 1988. Tendo, também, como plano central a terra e a Capital Federal, o documentário culmina em 2023 após apresentar momentos históricos e pioneiros protagonizados por lideranças indígenas na política nacional, os quais despertam olhares de esperança para o futuro das comunidades indígenas do Brasil.

Palavras-chave: Indígenas; Brasil; Política; Estado; Jornalismo; Documentário

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANMIGA Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade

APIB Articulação dos Povos Indígenas do Brasil

ATL Acampamento Terra Livre

CIMI Conselho Indigenista Missionário

FUNAI Fundação Nacional dos Povos Indígenas

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MPI Ministério dos Povos Indígenas

STF Supremo Tribunal Federal

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA	11
1.2	SEMENTE: O PRIMEIRO DEPUTADO FEDERAL INDÍGENA E A ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE	13
1.3	RAÍZ: JOÊNIA WAPICHANA, A PRIMEIRA INDÍGENA ADVOGADA DO BRASIL E A SER ELEITA DEPUTADA FEDERAL	14
1.4	PANDEMIA E MANIFESTAÇÕES	15
1.5	ÁRVORE: PROTAGONISMO INDÍGENA EM 2023.....	16
2	DESENVOLVIMENTO	16
2.1	JUSTIFICATIVAS	16
2.2	OBJETIVO GERAL	17
2.3	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	18
3	REFERENCIAL TEÓRICO	19
4	DESCRIÇÃO DO PRODUTO JORNALÍSTICO	23
5	PROCESSO DE PRODUÇÃO	24
5.1	PLANEJAMENTO E PRÉ-APURAÇÃO	24
5.2	COBERTURA E ENTREVISTAS	25
5.3	EDIÇÃO.....	28
6	RECURSOS	29
7	DIFICULDADES E APRENDIZADOS.....	30
8	CONCLUSÃO.....	31
	REFERÊNCIAS.....	32
	ANEXO A – Roteiro	36
	ANEXO B – Ficha do TCC	62
	ANEXO C – Declaração de autoria e originalidade	64

1 INTRODUÇÃO

Este relatório se propõe a apresentar a pauta, objetivos, justificativas, conhecimentos e processos que orientaram a produção do documentário ‘Aldear: a democracia indígena’, que é um registro histórico de momentos recentes da política brasileira com relação a representatividade indígena em espaços dos três poderes da União. Assim como, este produto em vídeo traz luz à presença de lideranças indígenas desde a redemocratização, suas participações na Assembleia Constituinte nos anos de 1987 e 1988, além da luta ao longo dos anos 2000 pela garantia dos direitos conquistados na Constituição Federal de 1988.

A produção também traz a participação de cidadãs indígenas que apontam suas visões sobre a representatividade em espaços de poder ao longo dos anos, as expectativas diante dos acontecimentos mais recentes e os seus envolvimento com a política, mesmo que apenas em suas comunidades.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA

De acordo com o último censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010, os indígenas representavam quase 818 mil habitantes do país naquele ano. Mas até atingir este número, os povos originários passaram por um longo período de decréscimo populacional que data desde 1500, com a chegada dos colonizadores europeus, até o final do século XX, quando o IBGE os inclui no censo e os dados passam a registrar o crescimento no número de pessoas que se autodeclararam indígenas. Conforme a análise dos "Dados demográficos da população indígena no Brasil" (AZEVEDO, 2013), os povos tradicionais chegaram a 0,26% da população em 2010. O desaparecimento deste grupo populacional é definido pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) “como uma contingência histórica, algo a ser lamentado, porém inevitável”.

No decorrer da história brasileira perpassam por estes povos situações de escravização, genocídios, entre outras violações de seus direitos. Tais condições refletem efeitos perversos de um racismo estrutural que ainda prevalece a partir projeto de colonialidade e escravidão moderna (GOMES, MADEIRA, BRANDÃO, 2020, p.318).

[..] é revisitando nosso passado cruel de exploração e discriminação que desvendamos a forma como a categoria raça serviu para instituir uma linha que separa de forma contundente grupos socialmente incluídos e outros oprimidos e fortemente subalternizados. (GOMES, MADEIRA, BRANDÃO, 2020, p.318)

A falta de inclusão dos povos originários está, por exemplo, na relação entre estes indivíduos e o Estado. A participação de indígenas na vida política do país se dá com maior intensidade durante a elaboração da Constituição vigente, nos anos de 1987 e 1988: “Um momento inédito no qual os indígenas de diversos povos posicionaram-se diretamente no diálogo com uma estrutura que, desde o século XVI, legislava sobre suas vidas sem consultá-los, e que não se moveria tão facilmente para tal” (SANTANA, CARDOSO, 2019, p. 93). Na ocasião, em 04 de setembro de 1987, o acontecimento do discurso de Ailton Krenak na tribuna da Assembleia Nacional Constituinte foi um marco da luta indígena por seus direitos. Durante o discurso Krenak clama:

“Ainda é possível construir uma sociedade que sabe respeitar os mais fracos, que sabe respeitar aqueles que não tem dinheiro para manter uma campanha incessante de difamação, que saiba respeitar um povo que sempre viveu à revelia de todas as riquezas. Um povo que habita casas cobertas de palha, que dorme em esteiras no chão não deve ser identificado de jeito nenhum como um povo que é inimigo dos interesses do Brasil, dos interesses da nação e que coloca em risco qualquer desenvolvimento” (KRENAK, 1987)

A manifestação de Ailton Krenak tem como questão principal a garantia do direito a terras aos indígenas, que a partir da Constituição Federal de 1988 dispõe-se sobre a demarcação de territórios tradicionalmente ocupados por indígenas, além da preservação ambiental necessária para o bem-estar, reprodução física e cultural destas comunidades (BRASIL, 1988, Art. 231). A explanação de Krenak também aborda a visão de que os indígenas estariam contra atividades de desenvolvimento nacional. Tal ideia fomenta uma forma de opressão que visa a supressão de terras indígenas para a realização, por exemplo, de garimpo, desmatamento e resulta em conflitos até a atualidade. De acordo com o Caderno de Conflitos no Campo, da Comissão da Pastoral da Terra, foram 317 violências registradas contra indígenas em conflitos em 2021. Além disso, os indígenas foram as maiores vítimas de assassinatos, sendo dez em um total de 35 pessoas mortas em decorrência de violências por terra (CPT, 2022).

1.2 SEMENTE: O PRIMEIRO DEPUTADO FEDERAL INDÍGENA E A ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE

A relação do Estado brasileiro e os conflitos e descasos que colocam em risco a vida de populações indígenas não são retratos apenas da atualidade. Mario Juruna, o primeiro deputado federal indígena eleito em 1982 com 31 mil votos pelo estado do Rio de Janeiro, já fazia ecoar na tribuna da Câmara dos Deputados as suas denúncias de que a FUNAI não promovia a sua função de proteção das comunidades, assim como o Estatuto do Índio, legislação vigente na época e que regulava a situação jurídica dos indígenas era uma forma de repressão. O Estatuto em questão estabelecia a tutela dos indígenas pelo Estado sobre os indivíduos que não eram integrados à sociedade, além dispor sobre o propósito de integrar as comunidades à comunhão nacional.

Mario Juruna questionava os demais deputados quanto à possibilidade de ser criada uma nova legislação, que viria a ser concretizada somente após o fim do seu mandato com a Assembleia Nacional Constituinte em 1987. Ainda no mandato de Juruna, em meio aos anos finais da Ditadura Militar, o deputado expunha casos de preconceito com a sua identidade indígena no meio político, sobre o que ele representaria e faria no plenário da Câmara.

Na Assembleia Constituinte, os indígenas não haveriam representação direta. Entretanto, para articular a garantia de seus direitos e deixar para trás legislações que não os representavam, mobilizações sociais destes povos participaram ativamente das discussões apresentando reivindicações e influência nos acordos a serem firmados. Neste período, destacam-se nomes como o do Cacique Raoni, que falando a língua Caiapó se tornou desde os anos 1960 uma das vozes mais representativas da luta indígena no Brasil e no mundo.

Além da influência sobre as leis que os indígenas queriam ver e ajudar a construir na Constituição Federal de 1988, a ida de indígenas à Brasília era o momento de apresentar a realidade e denúncias do que acontecia em suas terras, por exemplo, com relação a massacres e invasões aos territórios. Além disso, lideranças indígenas também utilizaram os microfones da Câmara dos Deputados para quebrar estereótipos e paradigmas que circulavam entre os deputados constituintes, entre eles o da aculturação, que já era mencionado no Estatuto do Índio e possuía resistência para derrubá-lo da legislação. O conceito de aculturado buscava distinguir os indígenas entre aqueles que estavam em algum grau integrados à sociedade branca daqueles que não possuíam nenhum contato, e que de acordo com o Estatuto deveriam

ser tutelados. Tanto a tutela quanto a definição de aculturados viriam a ser derrubadas em meio aos acordos dos legisladores na Assembleia Constituinte.

1.3 RAÍZ: JOÊNIA WAPICHANA, A PRIMEIRA INDÍGENA ADVOGADA DO BRASIL E A SER ELEITA DEPUTADA FEDERAL

A maior luta para que estivesse na Constituição foi pela demarcação de terras indígenas como uma garantia de vida, proteção e preservação da cultura e do meio ambiente. Embora presente na Carta Magna, os territórios indígenas continuaram sendo vítimas de conflitos, por exemplo, na TI Raposa Serra do Sol, que após a sua demarcação iniciada em 1970 foi homologada apenas em 2005. Localizada no norte de Roraima e habitada pelos povos Wapichana, Patamona, Makuxi, Taurepang e Ingarikó, Raposa Serra do Sol é marcada pela disputa de terras entre indígenas que tradicionalmente ocupavam a região e rizicultores que alegavam ter chegado ao local antes da reserva ter sido criada.

O Governo de Roraima na época tentou solucionar o conflito sugerindo uma demarcação do território indígena por ilhas, mas o Governo Federal não aceitou. Como um caso emblemático, a demarcação de Raposa Serra do Sol foi levada a revisão pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em ação movida pelo senador Augusto Affonso Botelho Neto e que pedia anulação da homologação da demarcação da terra. O julgamento também marca um momento histórico e inédito de representatividade dos povos originários, quando a primeira advogada indígena do Brasil, Joenia Wapichana, realiza sustentação oral no STF em defesa das comunidades tradicionais da Raposa Serra do Sol.

O julgamento do STF sobre Raposa Serra do Sol, por fim, decide pela manutenção da demarcação das terras de forma contínua, e não em ilhas. Porém, um parecer da Advocacia Geral da União sobre o caso ensejou a criação de uma tese que seria utilizada posteriormente no legislativo e no judiciário como uma forma de afetar que demarcações em todo o Brasil fossem realizadas: o Marco Temporal. Essa tese prevê que seriam legais a garantia de terras apenas aos povos indígenas que já habitavam seus territórios em questão antes da promulgação da Constituição Federal de 1988.

Dez anos após o julgamento sobre a TI, em 2018, Joenia Wapichana viria ser eleita Deputada Federal pelo estado de Roraima com 8.491 votos. Como mais um pioneirismo em

sua vida, ela é a primeira mulher indígena a chegar ao cargo. Sua atuação se dá através de uma maior participação de demais lideranças indígenas na Câmara por meio da realização de sessões de comissão que discutiriam a situação das comunidades e o meio ambiente, por exemplo.

1.4 PANDEMIA E MANIFESTAÇÕES

O mandato de Joenia Wapichana também é marcado pelo enfrentamento à pandemia de Covid-19 com a necessidade da formulação de políticas que protegessem os povos indígenas do vírus e que fossem de frente ao descaso de instituições de Estado, como o Governo Federal e a situação no campo. A pandemia de Covid-19 vitimou 1324 indígenas até o dia 19 de novembro de 2022, segundo dados da Articulação dos Povos Indígenas (APIB).

As manifestações sobre o Marco Temporal também se intensificaram durante a pandemia de Covid-19 tanto virtualmente quanto presencialmente. O período da pandemia representa para os povos indígenas um momento de manifestação conforme a liderança Sônia Guajajara, coordenadora da APIB, aponta em entrevista.

“Não é só você lutar pela saúde, educação ou demarcação de terra: é todo um desmonte de políticas, enfraquecimento dos órgãos, ataques aos direitos e à vida. O aumento das queimadas, do desmatamento e dos conflitos impacta muito os povos indígenas. Com a pandemia, isso não acabou; pelo contrário, aumentou”.
(GUAJAJARA, ALARCON, PONTES, 2022, p.4126)

No contexto da pandemia, foi mobilizado pela APIB o acampamento “Luta pela Vida”, que reuniu 6.000 pessoas de 176 povos em Brasília entre os dias 22 de agosto até 2 de setembro de 2021, datas em que os indígenas manifestaram-se contra o descaso do Executivo Federal em meio à pandemia e acompanharam o julgamento do Marco Temporal no Supremo Tribunal Federal. O processo se refere “a ação de reintegração de posse movida pelo governo de Santa Catarina contra o povo Xokleng, referente à Terra Indígena (TI) Ibirama-Laklãnõ, onde também vivem os povos Guarani e Kaingang” (APIB, 2021). A tese do Marco Temporal colocaria em xeque os processos de demarcação de mais de 300 terras indígenas que estão estagnados. A APIB define esta tese jurídica da seguinte forma:

“A tese é perversa porque legaliza e legitima as violências a que os povos foram submetidos até a promulgação da Constituição de 1988, em especial durante a Ditadura Militar. Além disso, ignora o fato de que, até 1988, os povos indígenas eram tutelados pelo Estado e não tinham autonomia para lutar, judicialmente, por seus

direitos. Por tudo isso, os povos indígenas vêm dizendo, em manifestações e mobilizações: “Nossa história não começa em 1988!”. (APIB, 2021)

O acampamento “Luta pela Vida” soma-se a outras atividades de manifestação dos povos indígenas como a Marcha das Mulheres Indígenas, realizada pela ANMIGA, e o Acampamento Terra Livre (ATL), também realizado pela APIB. Foi no ATL de 2022, em Brasília, que ocorreu o lançamento da Campanha Indígena, a qual se destinaria a candidatura de lideranças dos povos originários de todo o país a cargos do legislativo federal.

A campanha obteve sucesso nos estados de São Paulo e Minas Gerais, com a eleição de Sônia Guajajara e Célia Xacriabá, respectivamente. As duas se somam a outras três representantes autodeclaradas indígenas e eleitas para a Câmara.

1.5 ÁRVORE: PROTAGONISMO INDÍGENA EM 2023

Anunciada ainda durante a campanha eleitoral pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva e após a sua eleição, a criação do Ministério dos Povos Indígenas se concretizou no dia 1º de janeiro de 2023. Mas antes disso, um Grupo de Trabalho específico para os povos originários foi montado em busca de estruturar a nova pasta e realizar um levantamento dos principais focos a serem trabalhados.

Em 11 de janeiro de 2023, Sônia Guajajara foi empossada ministra do MPI. Na ocasião, a ministra anunciou os primeiros nomes que comporiam a pasta, sendo todos indígenas, e que Joenia Wapichana seria a nova presidente da FUNAI, órgão que deixaria de ser chamado Fundação Nacional do Índio e passaria a ser a Fundação Nacional dos Povos Indígenas. Pioneira em outros momentos, Joenia também é a primeira mulher indígena a chegar ao cargo.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 JUSTIFICATIVAS

A produção deste documentário parte da aproximação e a maior visibilidade que ganharam as candidaturas indígenas durante a campanha eleitoral das eleições legislativas de

2022 e a consequente ampliação da representatividade indígena conquistada na Câmara dos Deputados, no MPI e na FUNAI. Sendo esta pauta e seu tratamento como uma contribuição para o campo jornalístico ao registrar e compilar momentos históricos com uma edição que valoriza características e aspectos intrínsecos à cultura, manifestações e vida dos povos originários do Brasil em um cenário que os indígenas assumem o protagonismo sobre as políticas que lhes dizem respeito.

Quanto ao interesse público, o documentário torna palpável o histórico do debate público sobre os territórios indígenas e a forma cíclica como se repetem discussões acerca de violações dos direitos desses povos.

2.2 OBJETIVO GERAL

O objetivo geral do documentário “Aldear: a democracia indígena” é apresentar a evolução da representatividade indígena nos espaços de poder do Estado brasileiro com foco em Brasília, onde se situa a sede do executivo, legislativo e judiciário federal. Na Capital Federal ocorrem as principais decisões sobre legislações e políticas públicas que atendam à grande diversidade dos povos e culturas originárias de Norte a Sul do país.

Também objetiva-se trazer luz ao protagonismo das pessoas que lideraram manifestações e pioneirismos ao representar as suas e demais comunidades na Câmara de Deputados, no Supremo Tribunal Federal (STF), na Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) e, no recém criado, Ministério dos Povos Indígenas (MPI). A narrativa tem início nos anos finais da Ditadura Militar e segue até o ano de 2023, que marca a eleição de cinco deputados federais autodeclarados indígenas, a chegada da primeira mulher indígena à presidência da FUNAI e a criação do MPI.

A abordagem dos acontecimentos mais recentes no documentário visa focar no protagonismo feminino de mulheres como Sônia Guajajara, Célia Xacriabá, Joênia Wapichana e Juliana Cardoso, que possuem um histórico de manifestações em defesa dos povos indígenas e chegaram a cargos de representatividade nos espaços de poder do Estado Brasileiro. Através da reprodução de discursos dessas lideranças busca-se demonstrar a suas relações e trajetórias aliadas às demais lideranças que construíram o passado de lutas em Brasília dos povos originários, além das perspectivas de futuro que elas, enquanto, mulheres e representantes dos povos indígenas na atualidade passam às demais cidadãs indígenas que

esperam melhores políticas públicas, condições de vida, e almejam maior participação política.

Através desta história, o documentário tem como objetivo ser um registro histórico sobre a política brasileira e a inclusão dos povos indígenas nos espaços de poder com representatividade própria. Com isso, busca-se atingir jovens e futuras gerações indígenas ou não-indígenas que veem na atualidade questões dos povos originários serem pautadas pela mídia, seja ela jornalística ou de entretenimento. O documentário também é um meio para contextualizações sobre a forma como ocorreram as discussões da Assembleia Constituinte, o papel das lideranças ao longo do tempo e as manifestações que deram origem e maior visibilidade para as pessoas que chegaram a cargos de poder do Estado Brasileiro.

2.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Enquanto objetivos específicos, o documentário busca dar ouvidos majoritariamente a vozes indígenas seja por meio de discursos de lideranças ou entrevistas com pessoas comuns, que quanto ao conteúdo de suas falas expõem seus sentimentos de desejos, anseios e esperanças, mas acima de tudo situam os indígenas na atualidade de acordo com sua própria cultura, sem reforçar estigmas sobre estas populações.

Desde o início, a produção rememora arquivos originados de emissoras públicas que situam no tempo a participação e os discursos de indígenas no plenário e comissões da Câmara dos Deputados, na Constituinte, no julgamento do caso Raposa Serra do Sol no STF e as posses de representantes indígenas na Câmara dos Deputados, FUNAI e MPI. A partir deste acervo, mostra-se como o debate público acerca de questões indígenas são semelhantes em acontecimentos e argumentos desde os anos 1980, o que se demonstra por meio de recortes de jornais apresentados no filme.

A contextualização do passado serve como base para entrevistas com mulheres indígenas e integrantes do movimento social organizado pela APIB e ANMIGA. Elas auxiliam a retratar a luta histórica dos povos, situar o presente com suas visões da representatividade nos espaços de poder e os olhares para o futuro no âmbito social e político.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Por se tratar de um documentário, este trabalho mescla conhecimentos do Jornalismo e do Cinema quanto a sua produção audiovisual. Ao se relacionar especificamente ao Jornalismo, o formato traz possibilidades que extrapolam os limites, mas também se complementam, à produção telejornalística tradicional.

Para abordar as conexões e distinções entre documentários e Jornalismo, o caso do Ônibus 174, retratado em filme pelo diretor de cinema José Padilha, é analisado por Leonardo Coelho Rocha (2004) em seu Trabalho de Conclusão de Curso de graduação em Comunicação Social pelo Centro Universitário de Belo Horizonte (MG). Rocha conclui que algumas das características inerentes ao documentário produzido por José Padilha são: a não utilização de voz em *off*, a realização de entrevistas, a narrativa ser construída a partir do ponto de vista do diretor, coleta de imagens *in loco* e discurso montado por diversas vozes. Tais características também são apresentadas Bill Nichols (1991) para classificar o tipo de documentário interativo, o qual é resumido por Manuel Penafria como aquela modalidade “que deve ser construída e apresentada a partir da interação do autor com as pessoas que participam no filme e, finalmente, que deve refletir o ponto de vista do autor sobre o que se passa no filme” (PENAFRIA *apud* ROCHA, 2004).

A partir das características descritas sobre o gênero documentário, tem-se no telejornalismo distinções quanto ao uso da narração e a objetividade do jornalista em relação ao tratamento da pauta. Para explorar ainda mais as distâncias entre os formatos, Rocha se vale da definição de Penafria de que “mais do que simplesmente ser um “espelho do real”, o documentário promove discussões na sociedade e dá significado à realidade (ROCHA, 2004). O pesquisador brasileiro também acrescenta que a possibilidade explorada por José Padilha é “permitida ao gênero, de significação e entendimento da realidade empírica, distanciando o conteúdo do filme dos padrões herméticos e objetivos da cobertura jornalística e aproximando-os do viés documentarista” (ROCHA, 2004).

Com estas definições, o documentário “Aldear: a democracia indígena” se posiciona no gênero com a classificação interativa e suas características, sendo uma produção audiovisual que tem o ponto de vista da inclusão dos povos indígenas nos espaços de poder do Estado brasileiro e do protagonismo de lideranças dos povos originários na vida política do país. De tal forma, que a produção recupera o passado ao abordar a pauta, mas ao mesmo

tempo busca situar os indígenas e suas culturas na atualidade, além de trazer questões como a reflexão da utilização do termo “índio”.

Para tanto, no aspecto editorial utilizam-se referenciais teóricos da notícia no meio televisivo a qual tem a seguinte característica disposta por Olga Curado em “A notícia na TV – o dia-a-dia de que faz telejornalismo”.

revela como determinados fatos se passaram, identifica personagens, localiza geograficamente onde ocorreram ou ainda estão acontecendo, descreve as suas circunstâncias, e os situa num contexto histórico para dar-lhes perspectiva e noção da sua amplitude e dos seus significados. (CURADO, 2002, p. 16 *apud* ROCHA, 2004)

A edição do documentário também passa por diversas etapas que exigem a interferência do autor. Este processo de montagem é definido no meio telejornalístico por Vera Íris Paternostro, em “O Texto na TV: Manual de telejornalismo” como uma arte que utiliza três ingredientes: imagem, informação e emoção, em que os artefatos audiovisuais são selecionados em uma “sequência lógica, clara, objetiva, concisa e de fácil compreensão para o telespectador”. (PATERNOSTRO, 1999).

Quanto à montagem, o documentário “Aldear: a democracia indígena”, tem como inspiração outra produção do mesmo gênero intitulada “8 Presidentes 1 Juramento: A história de um tempo presente”, dirigido por Carla Camurati, e que retrata o período da Nova República por meio de um “filme montagem”, composto apenas por recortes de jornal, reportagens, vídeos caseiros e memes. Sendo assim, os capítulos de ‘Aldear’ trazem a reconstituição do passado e acontecimentos recentes com colagens de acervo do Arquivo Histórico da Câmara dos Deputados, da TV Senado, TV Brasil, TV Câmara e APIB que mostram na prática os momentos protagonizados pelos povos originários, os quais ao final são contextualizados por cidadãos indígenas.

As entrevistas realizadas para a parte final, de acordo com o referencial teórico abordado por Aldo Antonio Schmitz (2011) em “Classificação das fontes de notícias”, compreendem fontes secundárias, já que as fontes primárias são protagonistas dos arquivos históricos reproduzidos pelo documentário. Além disso, Cintia, Lorena, Rayane e Cleidiane são fontes individuais que ao apresentarem-se de maneira informal humanizam a narrativa e atuam como cidadãs reivindicadoras pelos seus direitos.

Em relação aos discursos das lideranças, busca-se apresentar a forma como através da mobilização os indígenas obtêm conquistas e lutam em defesa das terras indígenas, além de

levarem suas culturas e interesses das aldeias para ambientes institucionais do Estado. Tal conceito tem suas raízes na organização política dos povos indígenas, que pode ser descrito da seguinte forma:

o pensamento indígena brasileiro e o Movimento Indígena brasileiro, ao qual aquele está atrelado, desde o início viram no ativismo, na militância e no engajamento públicos, políticos e culturais direcionados à condição e à causa indígenas, e desde uma voz-práxis direta, autoral, autobiográfica, testemunhal, experiencial e mnemônica fundamentada na promoção da sua alteridade (e com base nela como estrutura epistemicopolítica) e na denúncia da marginalização, da exclusão e da violência vividas e sofridas como minorias político-culturais produzidas pelo colonialismoracismo, a única possibilidade de resistência, de reflexivização e de criticismo em relação a esses processos de etnocídio-genocídio ainda em curso contemporaneamente. No caso, pois, buscaram superar o silenciamento, a invisibilização e o privatismo aos quais estavam submetidos, por meio da constituição de um lugar de fala político e politizante, carnal e vinculado, o qual tinha na descolonização e na descatequização da cultura-consciência o seu núcleo estruturante”. (DANNER, DANNER, DORRICO, 2022, p. 401)

Neste sentido, a produção de um documentário tem entre suas referências documentários desenvolvidos por diretores e produtores indígenas que tem na produção audiovisual a forma promover o ativismo político, o qual tem sua importância definida por Dolores Galindo e Gilson Costa: “Para os povos indígenas, a apropriação dos meios de comunicação, sobretudo os de produção audiovisual, atua como canal expressivo para a preservação da memória coletiva, autodeterminação e afirmação cultural” (2020, p. 167).

Como produtor não-indígena, o estudante tem o objetivo de produzir o material que reproduz a voz direta de fontes indígenas a partir dos eventos escolhidos para a construção da história a ser contada. Desta forma, traz-se a definição de Consuelo Lins sobre a relação entre o documentarista e a fonte estabelecida através do exemplo de Eduardo Coutinho: “esse processo de abertura ao outro não equivale à perda de identidade do diretor, mas da “possibilidade de se colocar no lugar do outro em pensamento, sem anular a diferença entre os que estão dos dois lados da câmera”” (LINS apud PEREIRA, 2019, p.7).

Especificamente sobre a pauta, a representação política por indígenas no Brasil em espaços institucionais de Estado é reivindicada desde antes da redemocratização e da Constituição de 1988, quando:

“[...] a Carta Magna supera a concepção de tutela, reconhecendo a capacidade civil dos índios; abandona o pressuposto integracionista, em favor do reconhecimento do direito à diferença sociocultural dos povos indígenas, na linha do multiculturalismo contemporâneo; reconhece a autonomia societária dos povos indígenas, garantindo para isso o direito ao território, à cultura, à educação, à saúde, ao desenvolvimento

econômico, de acordo com seus projetos coletivos presentes e futuros; reconhece o direito à cidadania híbrida: étnica, nacional e global (BANIWA apud SILVA, 2018, p.492).

A reivindicação pelo espaço, por exemplo, no Congresso Federal é tema do documentário “Índios no Poder”, do diretor Rodrigo Arajeju, que retrata os povos indígenas desde a eleição de Mario Juruna até a reeleição de Dilma Rousseff, em 2014. Neste período, a produção acompanha candidaturas, anseios e lutas de povos originários que não possuíam representantes na Câmara Federal desde a saída de Juruna. Entre as fontes entrevistadas pelo documentário está Sônia Guajajara, que fala sobre a dificuldade para eleger indígenas e cita a necessidade de uma reforma política que garantisse espaço. No conteúdo, também são observadas questões em discussão que permanecem ao longo dos anos, como a demarcação e homologação de terras tal qual em “Aldear”, que busca atualizar a história contada no documentário de Rodrigo Arajeju.

A questão das terras para comunidades indígenas pode ser definida como um impasse na história do país, em que sobrevive “o incessante interesse do grande capital [que] continua a ameaçar as vidas dos povos [...] que vivem uma relação com a terra-natureza não mercadológica” (SILVA, 2018, p. 486). Esta situação decorre mesmo com o avanço das garantias de direitos firmadas na Carta Magna, por exemplo, via Estado através da tese jurídica do Marco Temporal, assim como em projetos de lei, como o PL490 apresentado em 2007 e que veio a ser aprovado em junho de 2023. Entre outras proposições, esse projeto incorpora o Marco Temporal à legislação federal. Esta situação de indefinição sobre a garantia de terras indígenas acaba por não assegurar proteção dos povos frente aos conflitos fundiários que se acentuam conforme dados da Comissão da Pastoral da Terra (CPT) e tem como principal vítima povos tradicionais.

A solução encontrada pelos indígenas frente às 3.856 pautas consideradas anti-indígenas, que tramitaram pelo Congresso Nacional entre 1995 e 2017, de acordo com o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), além de outras formas de ataque a seus direitos, foi a de enfrentar por meio da democracia. Publicado em 2017 pela APIB, uma carta clama em seu título “Por um parlamento cada vez mais indígena!” e defende:

[...] faz se necessário continuar lutando pela reforma política, que não se reduz à reforma eleitoral, para assegurar aos distintos segmentos da sociedade tradicionalmente marginalizados espaços de poder e de democracia real e participativa, que permitam por exemplo aos povos indígenas participação nas

disputas eleitorais, seja por meio da via clássica partidária, de colégios eleitorais diferenciados ou de mecanismos autônomos de organização social própria, espaços coletivos de decisão. (APIB, 2017)

Tais argumentos pedem por uma maior participação política dos povos originários em uma democracia representativa que, de fato, os represente e “tendo em vista que é no parlamento o lugar aonde se constrói regramentos legais que vinculam toda a sociedade, faz-se necessário enxergarmos esse espaço como estratégico para o empoderamento dos nossos povos...” (APIB, 2017). Decorre desta carta a participação de 30 candidaturas no pleito eleitoral de 2022 ao Congresso Nacional e às assembleias estaduais em uma campanha indígena mobilizada pela APIB, que se insere em um contexto total de 183 candidatos e candidatas que se autodeclaram indígenas.

4 DESCRIÇÃO DO PRODUTO JORNALÍSTICO

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), intitulado “Aldear: A democracia indígena”, tem o formato de documentário com suporte em vídeo e explora a representatividade e o protagonismo de indígenas nos espaços de poder do Estado brasileiro. Com foco em discursos de lideranças, sejam elas ocupantes de cargos públicos ou não, e entrevistas com cidadãs, a produção rememora a história desde os anos finais da ditadura militar até o ano de 2023.

Ao relembrar a história, o documentário mostra a participação direta de indígenas no legislativo, executivo e judiciário federal com suas vozes, manifestações e culturas. Quanto aos acontecimentos mais recentes, destaca-se o protagonismo feminino de chegada ao poder de lideranças indígenas que construíram suas relevâncias no meio político através da atuação no movimento social organizado e manifestações, por exemplo, em meio à pandemia de Covid-19. A produção possui uma narrativa identificada com a terra e a evolução de uma semente até uma árvore, tais artefatos apoiam na construção conceitual e cronológica da história.

O público-alvo são jovens e adultos com idade entre 15 e 35 anos, indígenas ou não-indígenas, que possuam interesse em política e em conhecer mais sobre questões indígenas, as quais de outras formas são pautadas pela mídia jornalística e de entretenimento na atualidade. Acrescenta-se que nestas faixas etárias então inclusos adolescentes estudantes do ensino médio, etapa escolar que exige aprofundamentos sobre a história dos povos originários, do

Brasil e da política através de momentos como o da redemocratização do Brasil. Além disso, fazem parte desta faixa etária jovens com idades iniciais para participar do processo eleitoral e, de forma geral, pessoas que possam não ter conhecimento sobre como se deram na prática as discussões sobre a criação da Constituição Federal de 1988 e da participação indígena nos espaços de poder.

A distribuição do documentário será realizada nas redes sociais e YouTube, como uma forma de se atingir o público-alvo e manter o seu conteúdo de forma pública para acesso à informação e aos conhecimentos nele reunidos.

5 PROCESSO DE PRODUÇÃO

5.1 PLANEJAMENTO E PRÉ-APURAÇÃO

A pré-produção deste documentário teve início na disciplina de Planejamento de TCC do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), ministrada pelo prof. Carlos Locatelli, ainda no segundo semestre de 2022, quando se levantou a relevância da pauta ainda em período de campanha eleitoral. Dado o momento, acompanhou-se as movimentações da Campanha Indígena realizada pela APIB.

Neste primeiro momento, tinha-se o foco no contexto estadual em que Eunice Kerexu era a principal candidata da frente indígena. Com o olhar para o período eleitoral, o escopo do trabalho estava restrito à trajetória da campanha e as relações do estado com o caso do Marco Temporal, além da atuação da liderança em questão no âmbito regional e nacional como uma das coordenadoras da APIB e sua influência através da política e da Educação.

Entretanto, em um segundo momento, após o resultado das eleições do primeiro e segundo turno em novembro de 2022, ampliou-se os horizontes da pauta com a confirmação do momento histórico da eleição do maior número de indígenas para a Câmara dos Deputados, além dos rumores sobre a criação do MPI pelo Governo Federal.

Mesmo com o olhar ao cenário nacional, buscava-se o contato com o âmbito político estadual, ainda que Kerexu não tivesse sido eleita, mas viria a fazer parte do período de transição do Governo Federal e, posteriormente, se tornaria Secretária de Direitos Ambientais e Territoriais Indígenas do MPI. Com a percepção que as principais fontes estariam na Capital Federal, logo planejou-se uma viagem a Brasília que compreendesse o período da posse dos

Deputados Federais. Também se realizou o contato direto com Kerexu e a deputada Célia Xacriabá, e por meio de suas assessorias, que responderam e se prontificaram na tentativa de conciliar agendas em Brasília no período da viagem.

Nas datas estipuladas da viagem também havia a confirmação de que mulheres do movimento social organizado da ANMIGA, além de indígenas do estado de Minas Gerais se deslocariam para acompanhar a posse das deputadas Sônia Guajajara e Célia Xacriabá na Capital Federal.

Além do planejamento da cobertura presencial, realizou-se a pesquisa sobre a história da representatividade indígena nos espaços de poder do Estado brasileiro e o acompanhamento dos desdobramentos que aconteceram na política nacional entre o final do ano de 2022 e início de 2023. Essas informações compuseram relatório de planejamento de produção do documentário, que viria a ser modificado ao passar do tempo.

5.2 COBERTURA E ENTREVISTAS

Como descrito durante o período de planejamento, estipulava-se entrevistar fontes, que devido às circunstâncias, tornaram-se oficiais por passarem a ocupar cargos no legislativo e executivo federal, o que era uma preocupação quanto a maior dificuldade para acessá-las e a falta de fontes individuais ou testemunhais para o documentário. Porém, a ida a Brasília trouxe novas perspectivas.

Durante os primeiros dias na Capital Federal, tentou-se agendar as entrevistas com as fontes oficiais, assim como foram realizados diversos contatos prévios. Entretanto, as dificuldades para confirmar data e horário com os possíveis entrevistados impossibilitaram a realização dos encontros. Sendo assim, priorizou-se a gravação de imagens da cidade e visita ao Memorial dos Povos Indígenas.

Prevista na agenda de cobertura, a posse das deputadas federais indígenas eleitas seria acompanhada pelas pessoas que se deslocaram de suas comunidades até Brasília, as quais também se reuniram dias antes de 1º de fevereiro para discutir a organização da Marcha das Mulheres Indígenas de 2023 e, também, definir reivindicações para apresentar às deputadas, ao MPI e à FUNAI. Nos primeiros dias na Capital Federal ainda havia a indefinição sobre onde a organização da “Pré-Marcha” realizaria o encontro e a chamada posse ancestral para comemorar o momento com todos os simbolismos indígenas junto às

eleitas. Em pré-produção, esperava-se que este momento fosse ser de fácil acesso às deputadas.

Com a confirmação de que o evento da “Pré-Marcha” seria realizado na cidade de Sobradinho a 23km do centro de Brasília, no Centro de Formação em Política Indigenista da FUNAI, o deslocamento até a cidade ao lado era necessário. Ao chegar no local, a primeira tentativa de realização de credenciamento foi negada pela chefia de segurança do evento, que argumentava que o cadastro seria realizado exclusivamente até às nove horas da manhã, e a chegada o local teria sido alguns minutos após o determinado horário. Neste momento, respeitou-se a decisão e foi preciso encontrar alternativas que fugiam do planejado.

A solução encontrada em questão de minutos partiu de uma reflexão do trabalho de Eduardo Coutinho como documentarista, o qual argumentava não entrevistar fontes conhecidas, celebridades e oficiais. Logo, revisou-se rapidamente as perguntas preparadas para as fontes oficiais em busca de conversar com fontes individuais que acompanhavam o evento e transitavam para a área externa do Centro de Formação em Política Indigenista. Fora do local também estavam situados indígenas vendendo artesanatos.

Durante a maior parte da manhã, realizei entrevistas do lado externo com Rayane, Cleidiane e Lorena com objetivo de questioná-las sobre o momento do evento, como enxergavam a chegada de mulheres indígenas ao poder, o passado a longo e curto prazo, suas culturas e as suas expectativas de futuro com a representatividade indígena. Cada uma delas trouxe diferentes perspectivas ao se deslocarem de regiões diferentes do país para Brasília, terem distintas atuações e profissões. Destaca-se a vivência de Lorena, que reside no contexto urbano e mantém sua identidade indígena trabalhando com artesanato, mesmo não possuindo relações diretas com a sua cultura originária e ter como linguagem apenas o português.

Sem credencial, a ideia seria seguir acompanhando da parte externa e visualizando apenas de longe. Neste período decorrido, grande parte da posse que era transmitida diretamente da Câmara dos Deputados em um telão já havia acontecido. Mas decidiu-se aguardar no portão de entrada para garantir ao menos a gravação de quando as deputadas eleitas chegassem para a posse ancestral. Sendo assim, também se percebeu que a segurança e estrutura foram sendo ampliadas e conversas de terceiros davam a entender que haveria a presença de demais autoridades, como a ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, e a primeira-dama, Rosângela Lula da Silva.

Destaca-se que a segurança foi elevada devido Brasília ainda estar em intervenção federal após as invasões ao Congresso, Planalto e STF por terroristas bolsonaristas no último dia 8 de janeiro. Acrescenta-se que a intervenção também era percebida com ônibus e viaturas do Exército Federal em diversos locais da capital. Por este fato também, a “Pré-Marcha” seria realizada na região central de Brasília, mas dias antes a ANMIGA optou por transferi-la para Sobradinho, pois a intervenção federal foi prorrogada na cidade e proibia a reunião de grandes contingentes de pessoas em razão das posses no Congresso Federal. Já cidade ao lado e o restante do Distrito Federal possuíam flexibilização para realização de eventos.

Ainda no aguardo da chegada das deputadas e demais autoridades no local do evento, percebeu-se uma movimentação maior de jornalistas entrando e realizando credenciamento, o que ensejou a segunda tentativa de entrada, desta vez bem-sucedida. A partir deste momento, foi possível acompanhar uma série de discursos de lideranças de todo o país na plenária montada pela ANMIGA, além de maior contato com os demais participantes e jornalistas presentes em uma área restrita. O contato direto com a lideranças, principalmente as deputadas, foi impossibilitado devido a restrições de espaço, movimentação e segurança. Mas, ainda assim, foi possível realizar mais uma entrevista com a indígena Cíntia Guajajara com o mesmo encaminhamento das demais entrevistadas, além da gravação de discursos no palco do evento.

Entre os discursos realizados no evento, Joênia Wapichana promoveu a cobrança para ser nomeada à presidência da FUNAI na presença da primeira-dama e demais autoridades, pois ela havia sido apenas anunciada ao cargo em demais ocasiões, mas a posse não ocorrera. A atenção para o fato rendeu o agendamento da sua posse para o dia três de fevereiro. A data possibilitou a cobertura para o documentário e, também, a presença de parte dos indígenas que já estavam em Brasília para os demais eventos.

A posse de Joênia Wapichana foi realizada no Memorial dos Povos Indígenas e contou com a presença de autoridades como Sônia Guajajara, ministra do MPI, Juliana Cardoso, deputada federal e indígena, Marina Silva, ministra do Meio Ambiente, entre outras. O Cacique Raoni também esteve presente na posse marcada por ser em um dos locais mais representativos para os povos indígenas em Brasília, que possui arquitetura de Oscar Niemeyer, com referências arquitetônicas e artísticas à cultura Yanomami e ao livro “A Queda do Céu” de autoria de Davi Kopenawa e Bruce Albert. O local também abriga exposições sobre a cultura e comunidades indígenas.

Na ocasião da posse da presidente da FUNAI, optei em ficar do lado externo em um primeiro momento para poder acompanhar a movimentação do público e gravar a chegada das autoridades pela rampa que liga ao interior do memorial. Com estas imagens feitas e o cerimonial a iniciar, adentrei ao espaço e fiz gravações dos discursos, além de imagens que registrassem a ambientação do momento. Ao final da cerimônia, Joênia Wapichana e Sônia Guajajara se dirigiram a um espaço reservado para uma breve coletiva com a imprensa presente e que foi pautada por questionamentos acerca do tratamento da FUNAI sobre a crise do povo Yanomami, que se intensificava pela situação calamitosa de saúde causada pelo garimpo ilegal e a contaminação das águas com mercúrio utilizado por garimpeiros na região.

Após a coletiva, Joênia foi levada de braços dados com os povos indígenas para o espaço central dos Memorial para confraternização, danças e cantos tradicionais que puderam ser registrados para o documentário.

5.3 EDIÇÃO

Quanto à edição do material obtido através das gravações e o conjunto de arquivos reunidos desde a etapa de pesquisa, iniciou-se com a decupagem e a montagem de uma primeira versão do roteiro. Além disso, dividiu-se a estrutura da produção de forma cronológica abordando uma concepção que mostrasse a evolução ao longo tempo e a referência à terra, um dos temas mais caros aos povos indígenas e que aparece com relevância e constância nos discursos a serem reproduzidos no documentário. Sendo este conceito uma ideia surgida enquanto realizava-se imagens de cobertura na Esplanada dos Ministérios.

A edição também priorizou que antes de iniciar propriamente a evolução cronológica, também houvesse uma abertura que apresentasse os povos indígenas nos diferentes momentos que seriam abordados ao longo do documentário e que situasse os povos indígenas na atualidade seja em seus modos de vida como também em estatísticas do número de etnias e línguas faladas.

Para apresentar a representatividade de indígenas nos espaços de poder, decidiu-se por trazer à luz acervos que mostrassem de forma própria e direta a atuação de lideranças e suas vozes em determinados períodos históricos. Para tanto, utiliza-se conteúdos do Arquivo Histórico da Câmara dos Deputados, que incluem áudios de sessões gravados pela própria instituição e do programa Diário da Constituinte produzido pela Radiobrás entre os anos de

1987 e 1988. Também são utilizados arquivos referentes a plenário, comissões e posses da TV Justiça, TV Câmara e TV Brasil, além de imagens disponibilizadas pela APIB em seus canais em transmissões ao vivo de manifestações realizadas virtualmente e em Brasília.

Em paralelo à edição e reunião de arquivos, também se produziu imagens a serem utilizadas em cada capítulo do documentário e que aludem à terra e a evolução de uma semente até a árvore. Essas imagens foram produzidas pelo estudante de forma “caseira”.

Na edição das imagens prioriza-se o uso de efeitos e transições majoritariamente durante a passagem de capítulos, assim como o uso de áudios referentes aos indígenas, como o som de maracás e trechos do Hino Nacional cantados em línguas indígenas. Também são utilizados letterings com o objetivo de complementar informações que as imagens e áudios não dão conta por si só.

Com vasto material reunido - que pode ser contabilizado da seguinte forma: 92,5 GB ao todo, e 65 GB de material gravado *in loco* pela produção – promoveu-se a montagem de versões que foram sendo lapidadas ao longo do trabalho com a ajuda do prof. orientador Aureo Mafra de Moraes com o objetivo de trazer concisão, coesão e demais ajustes necessários relacionados à estética, edições de imagem e áudio.

6 RECURSOS

Na tabela a seguir, apontam-se os recursos utilizados para a produção que incluíram viagens e equipamentos que pudessem melhor atender a realização deste documentário.

RECURSO	VALOR	PERÍODO DE USO	TOTAL
Câmera Canon EOS M200 + lente 18-55 mm	R\$ 2.976,00	Durante todo o período.	R\$ 2.976,00
Câmera Canon T6 + Lente 50mm	R\$ 2.800,00	Durante todo o período.	R\$ 2.800,00
Tripé p/ câmera	R\$ 200,00	Durante todo o período.	R\$ 200,00
Microfone lapela c/ wi-fi	R\$ 61,90	Durante todo o período.	R\$ 61,90
Notebook	R\$ 2.500,00	Durante todo o período.	R\$ 2.500,00

Smartphone	R\$ 2000,00	Durante todo o período.	R\$ 2000,00
Powerbank	R\$ 100,00	Durante todo o período.	R\$ 100,00
Assinatura Adobe Cloud Creative (p/ estudantes)	R\$ 86,00	Três meses.	R\$ 258,00
Passagens de ida e volta de Brasília	R\$ 1.461,84	26 de janeiro e 4 de fevereiro	R\$ 1.461,84
Deslocamentos com transporte de aplicativo	R\$ 180,00	26 de janeiro e 4 de fevereiro	R\$ 180,00
Estadia em Brasília	R\$ 1.033,29	26 de janeiro e 4 de fevereiro	R\$ 1.033,29
TOTAL			R\$ 13.569,9

7 DIFICULDADES E APRENDIZADOS

No percurso produtivo do documentário, encontrou-se dificuldades já relatadas sobre o acesso a fontes e agendamento de entrevistas com fontes oficiais, as quais posteriormente precisaram ser descartadas. Houve dificuldades também quanto o acesso ao local da “Pré-Marcha” para a realização de gravações, mas que mais tarde foi possível adentrar ao Centro de Formação Indigenista da FUNAI. Pode-se dizer que essas foram as maiores preocupações, pois era o primeiro momento de contato direto com a pauta após o planejamento. E como consequência, originaram mudanças que alterariam de forma completa a concepção do produto final.

Soma-se também a dificuldade de realizar todas as etapas da produção de forma individual, com destaque para a cobertura dos eventos, que apresentaram desafios logo no início ao ter de repensar as perguntas para um tipo de fonte diferente da que se planejava, além disso, impôs-se a necessidade de estar atento ao áudio e ao vídeo para garantir que as entrevistas saíssem da melhor forma possível. Quanto a cobertura, também foi necessário dispor de duas câmeras para garantir agilidade e não perder a gravação de determinados momentos por falta de bateria.

Ao desenrolar do processo de gravações, chega-se ao momento da edição, que exigiu diversas avaliações sobre todo o material audiovisual compilado com o objetivo de melhor contar a história com concisão, coesão e sem repetições exageradas de discursos, além de um melhor aproveitamento dos potenciais das imagens como um meio para transmitir informações e garantir “respiros” a quem assiste ao documentário.

8 CONCLUSÃO

Assim como toda a jornada realizada no curso de Jornalismo da UFSC, buscou-se experienciar as rotinas produtivas na prática e a aplicação dos conhecimentos passados por professores quanto ao jornalismo no geral e suas especificidades. Este documentário foi mais um passo da experiência e, talvez, o mais ousado, mas que fez brilhar o olho e foi emocionante.

Este trabalho trouxe conexões com o estudante que decidiu fazer jornalismo ainda nos anos finais do ensino fundamental e manteve a decisão até entrar na universidade. Antes de tudo isso, vem a influência desde a infância por haver sempre uma televisão ligada no Jornal Nacional durante às noites, o rádio ligado na Rádio Clube de Lages para ouvir notícias da região ou um jogo do Inter de Lages e, também, uma breve experiência em um projeto do Correio Lageano, que escolheu alunos da Serra Catarinense para produzirem notícias para o impresso. Além disso, recorda-se do entusiasmo ao acompanhar coberturas jornalísticas da política em Brasília nos turbulentos últimos 10 anos.

Tudo isso não aponta apenas o início do caminho, mas aponta a decisão acertada principalmente na escolha deste projeto para ser o último da graduação e que proporcionou a presença em momentos históricos da política brasileira na Capital Federal para o jovem que cinco anos antes acompanhava a posse dos Deputados Federais em casa e nem imaginava que o jornalismo lhe traria a experiência de presenciar este acontecimento anos depois.

A pauta realizada também proporcionou um mergulho na cultura, nos simbolismos e na luta dos povos originários, que para não-indígenas pode ser algo distante ou haver olhares de preconceito. Estar próximo e abordar temáticas indígenas gerou a apreensão de conhecimentos ricos, além da emoção ao acompanhar cada fala das entrevistas e cada instante desta produção.

REFERÊNCIAS

APIB. **Luta pela Vida**. Disponível em: <https://apiboficial.org/luta-pela-vida/>. Acesso em: 13 nov. 2022.

APIB. Nota Técnica da APIB sobre o PL 490. **Apib**. Brasília, p. 0-0. jun. 2021. Disponível em: <https://apiboficial.org/2021/06/28/nota-tecnica-da-apib-sobre-o-pl-490/>. Acesso em: 12 nov. 2022.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, . Brasília, Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 nov. 2022.

CAVALI, Guilherme; CIMI. **Congresso Anti-indígena**: parlamentares que mais atuaram contra os direitos indígenas. Brasília: Cimi, 2018. 148 p. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2018/09/congresso-anti-indigena.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2023.

CONVERSAS Progressistas. Florianópolis: Célula Showcase, 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=8WCr0y_EipM&t=1506s. Acesso em: 15 nov. 2022.

CPT, Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. **Conflitos no Campo Brasil 2021**. Goiânia: CPT Nacional, 2022. 271 p. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/downlods?task=download.send&id=14271&catid=41&m=0>. Acesso em: 16 nov. 2022.

DANNER, Leno Francisco; DANNER, Fernando; DORRICO, Julie. Pacificando o branco: uma história da modernidade contada pelos indígenas. **Trans/Form/Ação**, [S.L.], v. 45, n. , p. 379-414, 2022. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0101-3173.2022.v45esp.19.p379>.

DIÁRIO da Constituinte. Brasília: Radiobrás, 1987-1988. Son., color. Disponível em: <https://arquivohistorico.camara.leg.br/index.php/diario-da-constituente>. Acesso em: 17 jun. 2023.

FARIAS, Victor. Câmara terá 5 deputados indígenas, recorde histórico. **G1**. Brasília. out. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/eleicao-em-numeros/noticia/2022/10/04/camara-tera-5-deputados-indigenas-recorde-historico.ghtml>. Acesso em: 12 nov. 2022.

FUNAI. Quem São. **Fundação Nacional do Índio**. Brasília, p. 0-0. nov. 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/atualizacao/povos-indigenas/quem-sao#:~:text=Ainda%20segundo%20o%20censo%2C%20817.963,no%20pa%C3%ADs%20274%201%C3%ADnguas%20ind%C3%ADgenas..> Acesso em: 15 nov. 2022.

GALINDO, Dolores; COSTA, Gilson. Sob o tremor das imagens: política e ação direta na lente xavante. **Galáxia** (São Paulo), [S.L.], n. 45, p. 166-178, dez. 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1982-25532020346463>.

GIESBRECHT, Érica (ed.). Discurso de Ailton Krenak, em 4/09/1987, na Assembleia Constituinte, Brasília, Brasil. **Revista Gis - Gesto, Imagem e Som**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 421-422, out. 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/gis/article/view/162846/157198>. Acesso em: 14 nov. 2022.

GUAJAJARA, Sonia Bone; ALARCON, Daniela Fernandes; PONTES, Ana Lucia de Moura. Entrevista com Sonia Guajajara: o movimento indígena frente à pandemia da covid-19. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 27, n. 11, p. 4125-4130, nov. 2022. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232022711.22212021>.

GUSTAVO, Luiz. Cinco indígenas são eleitos para a Câmara dos Deputados. **Agência Câmara de Notícias**. Brasília. out. 2022. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/911616-cinco-indigenas-sao-eleitos-para-a-camara-dos-deputados/>. Acesso em: 15 nov. 2022.

ÍNDIOS no Poder. Direção de Rodrigo Arajeju. Brasília: 7G Documenta, Argonautas Design de Vídeo, Machado Filmes, 2015. Son., color. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=eIDrJO2_1kg. Acesso em: 13 nov. 2022.

MARTINEZ, Monica. Jornalismo literário, cinema e documentário: apontamentos para um diálogo entre as áreas. **Comunicação Midiática**, [s. l.], v. 7, n. 2, p. 98-116, maio 2012. Disponível em:

<https://www2.faac.unesp.br/comunicacaomidiatica/index.php/CM/article/download/289/288/1002>. Acesso em: 14 nov. 2022.

MASTERCLASS "Como Fazer Cinema com Quase Nada: a Gramática Mínima de Eduardo Coutinho". Rio de Janeiro: Itaú Cultural, 2019. P&B. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LCYKFscdLB0>. Acesso em: 16 jun. 2023.

O JORNALISMO e as Longas Narrativas - II Seminário Internacional Rumos Jornalismo Cultural (2008). 2008. P&B. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3IP5BmRbZCo>. Acesso em: 16 jun. 2023.

PATERNOSTRO, Vera Íris. **O texto na TV**: manual de telejornalismo. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999. 77 p. Disponível em: <https://mairabittencourt.files.wordpress.com/2018/04/o-texto-na-tv-manual-de-telejornalismo-vera-iris-paternostro.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2023.

PEREIRA, Cilene Margarete. O Cinema Documental (Político) de Eduardo Coutinho: narrativa, personagens e memória. **Recorte**, Belo Horizonte, v. 16, n. 1, p. 1-19, jan. 2019. Disponível em: <http://periodicos.unincor.br/index.php/recorte/article/view/5639/10951723>. Acesso em: 15 nov. 2022.

REDAÇÃO. O que é marco temporal e quais são os argumentos favoráveis e contrários. **Câmara dos Deputados**. Brasília, p. 0-0. 29 maio 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/966618-o-que-e-marco-temporal-e-quais-os-argumentos-favoraveis-e-contrarios/#:~:text=O%20que%20%C3%A9%20marco%20temporal%20e%20quais%20s%C3%A3o%20os%20argumentos%20favor%C3%A1veis%20e%20contr%C3%A1rios,-Julgamento%20do%20STF&text=Marco%20temporal%20%C3%A9%20uma%20tese,data%20de%20promulga%C3%A7%C3%A3o%20da%20Constitui%C3%A7%C3%A3o..> Acesso em: 16 jun. 2023.

ROCHA, Leonardo Coelho. **O caso Ônibus 174**: entre o documentário e o telejornal. 2004. 89 f. TCC (Graduação) - Curso de Comunicação Social, Centro Universitário de Belo Horizonte, Belo Horizonte, 2004. Disponível em: <https://bocc.ubi.pt/pag/rocha-leonardo-documentario-telejornal.html>. Acesso em: 16 jun. 2023.

SANTANA, Carolina Ribeiro; CARDOSO, Thiago Mota. Direitos territoriais indígenas às sombras do passado. **Revista Direito e Praxis**, Rio de Janeiro, p. 89-114, mar. 2020. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rdp/a/SN74vVLFNmJrvd3TzDbVGgC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 nov. 2022.

SANTANA, Renato. Por acesso à Justiça, delegação da TI Morro dos Cavalos está em Brasília para julgamento de recurso no STF. **Conselho Indigenista Missionário**. Brasília, fev. 2019. Disponível em: <https://cimi.org.br/2019/02/por-acesso-a-justica-delegacao-da-ti-morro-dos-cavalos-esta-em-brasilia-para-julgamento-de-recurso-no-stf/>. Acesso em: 15 nov. 2022.

SANTANA, Renato. Raposa Serra do Sol: como está a terra indígena após uma década da histórica decisão do stf. **Conselho Indigenista Missionário (Cimi)**. Brasília, 22 out. 2019. Disponível em: <https://cimi.org.br/2019/10/raposa-serra-do-sol-como-esta-a-terra-indigena-apos-uma-decada-da-historica-decisao-do-stf/>. Acesso em: 16 jun. 2023.

SCHMITZ, Aldo Antonio. **Fontes de Notícias**: ação e estratégia das fontes no jornalismo. Florianópolis: Combook, 2011. 85 p. Disponível em: https://www.faculdadeparque.edu.br/ebooks/Fontes_noticias.pdf. Acesso em: 17 jun. 2023.

SILVA, Elizângela Cardoso de Araújo. Povos indígenas e o direito à terra na realidade brasileira. **Serviço Social & Sociedade**, [S.L.], n. 133, p. 480-500, dez. 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.155>.

SOARES, Sérgio J. Puccini. **Documentário e Roteiro de Cinema**: da pré-produção à pós-produção. 2007. 236 f. Tese (Doutorado) - Curso de Multimeios, Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

SOCIOAMBIENTAL, Instituto. **Terras Indígenas no Brasil**. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/>. Acesso em: 17 jun. 2023.

ANEXO A – Roteiro

IMAGEM	SOM
IMAGEM: Entrevista Lorena	LORENA: “Terra”
IMAGEM: Entrevista Rayane ENTRA LEGENDA: “Terra”	RAYANE: “Urê ui”
IMAGEM: Entrevista Cleidiane ENTRA LEGENDA: “Terra”	CLEIDIANE: “Mo tó”
IMAGEM: Entrevista Cintia TRANSIÇÃO SUAVE	CINTIA GUAJAJARA: “Água, terra e árvore, é muito importante para nós povos indígenas. Somos os Guardiões da floresta, das águas e dos conhecimentos do povo e da proteção” (no dialeto Guajajara e em português). SOM DE MARACÁ
ENTRA ABERTURA/ TÍTULO: Aldear: a democracia indígena IMAGEM: Sonia Guajajara subindo a rampa do Memorial do Povos Indígenas	SOM DE MARACÁ CANTO
FOTO: Mário Juruna ENTRA LETTERING: 1985 - Voto de Mário Juruna na eleição indireta que marca o fim da ditadura militar.	“Mário Juruna!” Eu declaro meu voto para garantir terra para comunidade indígena em Tancredo Neves”.
ARQUIVO CÂMARA - Programa Diário da Constituinte nº 035 ENTRA LETTERING: 1987 - Deputados constituintes da subcomissão que trata sobre os indígenas visitam a aldeia Gorotire no Pará.	IVO LESH: (01:07) “Cacique nós estamos fazendo uma visita à aldeia Caiapó, visitando e os constituintes gostariam de falar com os senhores” REPÓRTER: (01:19) “Os índios, segundo os constituintes, só tinham uma preocupação: continuar donos de suas

	terras”.
ARQUIVO - Discurso de Ailton Krenak na Assembleia Constituinte, em 1987. ENTRA LETTERING: 1987 - Ailton Krenak discursa na tribuna da Câmara dos Deputados.	AILTON KRENAK: “Que saiba respeitar um povo que sempre viveu à revelia de todas as riquezas”.
ARQUIVO TV BRASIL - POSSE SÔNIA GUAJAJARA (MPI) ENTRA LETTERING: 2023 - Sônia Guajajara toma posse no recém criado Ministério dos Povos Indígenas.	SÔNIA GUAJAJARA: “Nós não somos infelizmente o que muitos livros de história ainda costumam retratar.
ARQUIVO - Discurso de Ailton Krenak na Assembleia Constituinte, em 1987.	AILTON KRENAK: “Não deve ser identificado de jeito nenhum como um povo que é inimigo dos interesses do Brasil, dos interesses da nação e que coloca em risco qualquer desenvolvimento. O povo indígena tem regado com sangue cada hectare dos 8 milhões de km ² do Brasil. Os senhores são testemunhas disso.”
ARQUIVO TV BRASIL - POSSE SÔNIA GUAJAJARA (MPI)	SÔNIA GUAJAJARA: “Se por um lado é verdade que muitos de nós resguardam modos de vida que estão no imaginário da maioria da população brasileira, por outro é importante saberem que nós existimos de muitas e diferentes formas”.
ENTREVISTA: Cintia Guajajara	CINTIA GUAJAJARA: “Somos 305 povos, 200 e poucas línguas faladas”.
ARQUIVO TV BRASIL - Posse Sônia Guajajara (MPI)	SÔNIA GUAJAJARA: “Estamos nas cidades, nas aldeias, nas florestas e exercendo os mais diversos ofícios que vocês possam imaginar.”
ENTREVISTA: Cintia Guajajara	CINTIA GUAJAJARA: “Sou linguista e a gente tá aqui fortalecendo a luta e a língua e muito feliz mesmo e nós continuamos também lá nos territórios fazendo a proteção das nossas guerreiras que estão aqui através dos cantos dos rituais das rezas e das batidas dos Maracás”.

<p>ARQUIVO TV BRASIL - Posse Sônia Guajajara (MPI)</p>	<p>SÔNIA GUAJAJARA: “Vivemos no mesmo tempo e espaço que qualquer um de vocês. Somos contemporâneos desse presente e vamos construir o Brasil do futuro. Porque o futuro do planeta é ancestral”.</p>
<p>IMAGEM: Mão colocando semente sobre a terra.</p> <p>ENTRA LETTERING: Semente.</p>	<p>SOM DE MARACÁ</p>
<p>ARQUIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS</p> <p>IMAGEM: FOTOS MÁRIO JURUNA/ ARQUIVO CÂMARA</p>	<p>“Com uso da palavra nobre deputado Mário Juruna”</p>
<p>ARQUIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS</p> <p>IMAGEM: FOTOS MÁRIO JURUNA/ ARQUIVO CÂMARA</p> <p>ENTRA LETTERING: 1982 - Indígena Xavante, Mario Juruna foi eleito deputado federal com 31 mil votos pelo estado do Rio de Janeiro.</p> <p>ENTRA LETTERING: Nos anos finais da ditadura militar, Juruna (PDT - RJ) defendia os direitos dos povos indígenas regidos pelo Estatuto do Índio e denunciava o preconceito que sofria nos espaços de poder.</p>	<p>MÁRIO JURUNA: “Eu acho que isso já é fruto que tá nascendo aqui dentro do Brasil. Isso já é sinal que está nascendo aqui dentro do Plenário.</p> <p>Único índio que tá falando hoje, único deputado que está falando hoje. Não é terceiro deputado, não é quinto deputado, não é 50 deputado. Se tivesse mais 50 Jurunas, o Jurunas já tinha mudado o Brasil, Juruna já tinha virado a mesa.</p> <p>Muita gente que achava quando eu entrei na política e muita gente que achava e falava assume contra Juruna.</p> <p>Gente que falava, imagina como Juruna vai entrar no plenário. Imagina o que índio vai resolver no plenário. Imagina como o índio vai representar índio. Pode representar melhor que qualquer um deputado e qualquer senador e qualquer um presidente da república. O primeiro índio, a primeira fruta, o primeiro da nação a estar representando índio brasileiro.</p>
<p>ARQUIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS</p>	<p>Porque o governo brasileiro não dá a oportunidade para índio, porque ele quer continuar tutelar toda a vida índio. E nós</p>

<p>IMAGEM: FOTOS MÁRIO JURUNA/ ARQUIVO CÂMARA</p> <p>ENTRA IMAGEM: Jornal Porantim</p> <p>IMAGEM: FOTOS MÁRIO JURUNA/ ARQUIVO CÂMARA</p>	<p>somos tutelados e nós somos responsáveis e somos gente, somos seres humanos. Eu quero que a gente passe a me respeitar em nome do Juruna.</p> <p>Eu quero que a gente trate índio brasileiro mais e melhor.</p> <p>Nós somos tutelados pelo Funai. Agora, como é que Funai tá deixando índio morrer de fome. Como que a Funai tá deixando a terra ir para fazendeiro. Como que a Funai não assume ao lado do índio. Onde está o estatuto do índio? Onde está a lei estatuto do índio? E por que não pode criar outro estatuto. Criar Estatuto da repressão, é contra índio”.</p>
<p>LETTERING - 1987</p> <p>Sem representantes diretos nos primeiros anos da redemocratização, os indígenas participam ativamente da Assembleia Constituinte através de movimentos sociais organizados que reivindicam a garantia de direitos na nova Constituição Federal.</p>	
<p>TRANSIÇÃO SUAVE</p> <p>ENTRA IMAGEM: Arquivo - capa de um livro e indígenas em um plenário.</p>	<p>TRANSIÇÃO SUAVE</p> <p>‘Hino nacional’ cantado por Djuna Tikuna.</p>
<p>IMAGEM - Arquivo Diário da Constituinte</p>	<p>NARRADOR: “Povos indígenas na constituinte. Hoje pela manhã, índios de todas as partes do país vieram a Assembleia Nacional Constituinte para entregar um documento com suas reivindicações”</p>
<p>ENTREVISTA AILTON KRENAK - Arquivo Diário da Constituinte</p>	<p>A nossa proposta é garantias individuais, garantias do subsolo, solo e a garantia de que as comunidades indígenas possam estabelecer elas mesmo os seus projetos de futuro, o que significaria o governo passar a considerar as populações indígenas não como grupos que deverão</p>

	<p>ser forçosamente integrados as economias regionais, mas grupos e comunidades que deverão ter assegurado o seu direito à terra, aos recursos naturais existentes nessas terras e a esboçarem um projeto próprio de futuro e de economia interna das comunidades”.</p>
Arquivo Diário da Constituinte	<p>INDÍGENA: “Nós estamos hoje aqui falando com os deputados para que eles tomem providência e eles deem apoio para nós.”</p>
Arquivo Diário da Constituinte	<p>NARRADOR: “Uma comissão de índios Ticuna, do alto Amazonas, pediu hoje aos constituintes a punição dos responsáveis pelo massacre de 14 índios ocorrido no último dia 28 na aldeia de São Leopoldo naquela região. Os índios contaram aos constituintes que integram a frente parlamentar do índio que o massacre foi comandado por um madeireiro invasor de terras”.</p>
Arquivo Diário da Constituinte	<p>NARRADOR: “Representantes de três Nações Indígenas levam denúncia constituinte. Eles são cinto largas, Suruís e Caritianas e vivem na região de Goiás e sul do Pará. Agora posseiros, garimpeiros e empresas de mineração estão invadindo pouco a pouco as terras dessas tribos.</p>
<p>ENTREVISTA AILTON KRENAK - Arquivo Diário da Constituinte</p> <p>ENTRA IMAGEM: Reportagem de 2023 da Agência Pública</p>	<p>AILTON KRENAK: “Nós viemos trazer a denúncia de uma invasão do Parque do Aripuanã que está sendo organizada por gente vinculada a Fundação Nacional do Índio num franco desrespeito a qualquer norma que deveriam estar expressando serviço de assistência, mas que estão organizando a invasão garimpeira à área indígena”.</p>
ENTREVISTA AMAURY MULLER - Arquivo Diário da Constituinte	<p>DEPUTADO AMAURY MULLER: “Se nós não tivermos sensibilidade, compreensão,</p>

	tolerância e alcance histórico para compreender a situação extremamente grave em que se encontram as populações indígenas, o texto constitucional certamente amanhã será jogado no lixo da história”.
Arquivo Diário da Constituinte	NARRADOR: “Um momento de emoção para os constituintes que estavam hoje no plenário.
Arquivo Diário da Constituinte	AILTON KRENAK: “Os senhores não terão como ficar alheios a mais essa agressão movida pelo poder econômico, pela ganância, pela ignorância do que significa ser um povo indígena.”
ENTREVISTA TERÊNCIO LUIZ DA SILVA - Arquivo Diário da Constituinte	TERÊNCIO LUIZ DA SILVA: “Porque o índio pede a demarcação. O contrário não se sabe quando, depois e depois. Então, por isso que estão preocupados, a primeira necessidade seria essa é a Terra e a garantia da terra como ele quer, para ele viver e ter aquela liberdade, a preservação.
Arquivo Diário da Constituinte	NARRADOR: “Depois de presentear o líder do PMDB na constituinte, o cacique Raoni explicou na língua dele o que os índios querem ver garantido na nova constituição do país”.
ENTREVISTA PAIACAN - Arquivo Diário da Constituinte	PAIACAN: “Nós estamos querendo o melhor. Queremos que volte com a garantia da terra para os índios, garantindo a cultura nossa, garantindo a demarcação, garantindo a vivência dos índios brasileiros aqui no Brasil.
ENTREVISTA CAIAPÓ - Arquivo Diário da Constituinte	CAIAPÓ: “Eu tô defendendo a terra para o meu povo viver. Então, assim que terminar eu vou ficar tudo em paz. Não vai ter problema nenhum, eu vou ficar tranquilo”
Arquivo Diário da Constituinte	NARRADOR: “Mas um ponto preocupa muito os índios, o artigo do centrão que

	<p>proíbe aos chamados os índios aculturados os direitos dos outros índios. Esse artigo foi debatido com a liderança do PMDB, onde os índios explicaram que conhecer a cultura dos brancos, os Caraíbas, é uma questão de sobrevivência”.</p>
<p>ENTREVISTA INAÊ MARIE - Arquivo Diário da Constituinte</p>	<p>INAÊ MARIE: “Nós temos que aprender a falar o português para aprender e transmitir para os outros que estão lá, essa é a única maneira dos índios ajudar o outro, que os Caraíbas, aqueles que diz também ser os nossos tutores dizer índia aculturado porque fala português, isso aí não é verdade? Isso aí tá causando uma preocupação muito grande para aqueles índios que estão na aldeia. Porque sem a nossa colaboração, sem nós transmitir alguma coisa para eles não tem meio.</p>
<p>ENTREVISTA DOMINGOS TERENA - Arquivo Diário da Constituinte</p>	<p>DOMINGOS TERENA: “Essa palavra aculturada no cientista, na área já deixou essa palavra já tá eliminada, porque não confere com a realidade da sociedade indígena.”</p>
<p>AILTON KRENAK - Arquivo Diário da Constituinte</p>	<p>AILTON KRENAK: O povo indígena é uma cultura extremamente dinâmica, nós nunca ficamos como estamos, a cada instante nós mudamos.</p> <p>Uma gente como essas do Javari que estão sem contato com o mundo dos brancos seria um etnocentrismo e, de certa maneira, seria uma simplificação do mundo supor que porque eles não veem a cara dos brancos, eles estão parados. Eles não estão parados de jeito nenhum, eles estão vivamente vivos produzindo e se enriquecendo e fazendo coisas maravilhosas”.</p>
<p>Arquivo Diário da Constituinte</p>	<p>NARRADOR: “E os direitos dos índios na nova carta.</p>

	<p>Hoje mesmo as lideranças se reuniram para tentar um acordo sobre o capítulo. Do lado de fora, os índios esperavam o resultado pacientemente.”</p>
Arquivo Diário da Constituinte	<p>NARRADOR: “O texto da sistematização sobre os índios tem quatro artigos. Eles reconhecem os direitos dos índios sobre suas terras, sua organização social, usos, costumes, línguas, crenças e tradições. Os pontos mais polêmicos são a exploração de minérios nas terras indígenas, a demarcação das terras e o problema dos índios aculturados. O artigo 271, diz que os direitos previstos na Constituição não se aplicam aos índios com elevado estágio de aculturação e os índios querem que este seja derrubado.</p>
ENTREVISTA AILTON KRENAK - Arquivo Diário da Constituinte	<p>AILTON KRENAK: Nós temos uma esperança de que o texto consiga ser o resultado de um entendimento, de um acordo das lideranças políticas que estão aqui e que atendam o interesse das populações indígenas no que diz respeito a segurança das terras tradicionais de ocupação do povo indígena.</p>
Arquivo Diário da Constituinte	<p>NARRADOR: Depois da longa espera os índios cantaram e dançaram.</p> <p>O objetivo era influenciar os constituintes que tentavam um acordo na sala ao lado. A espera valeu, o líder do PMDB Mário Covas anunciou aos índios o acordo garantindo terras e deixando de fora a distinção entre os índios.</p> <p>MÁRIO COVAS: “Acho que ficou um texto bastante razoável”</p>
ENTREVISTA MÁRIO COVAS - Arquivo Diário da Constituinte	<p>MÁRIO COVAS: “Acho que ficou um texto bastante razoável”</p>
ENTREVISTA ANA MARIA RATTES - Arquivo Diário da Constituinte	<p>ANA MARIA RATTES: “Acordo é sempre o que é possível, não o desejado. Então, eu acho que a frente parlamentar do índio</p>

	conseguiu um texto bom, muito bom, não seria aquilo que se desejaria.”
<p>TRANSIÇÃO SUAVE</p> <p>IMAGEM: Raíz</p> <p>ENTRA LETTERING: Raíz.</p>	SOM DE MARACÁS
<p>ENTRA LETTERING - 2008</p> <p>20 anos após a promulgação da Constituição Federal, a demarcação de terras indígenas (TI) é judicializada com o caso da TI Raposa Serra do Sol a partir de conflitos entre indígenas e agricultores que estavam no território</p> <p>Em defesa da comunidade, Joênia Wapichana, primeira advogada indígena do Brasil, também foi a primeira indígena a fazer sustentação no Supremo Tribunal Federal (STF).</p> <p>TRANSIÇÃO SUAVE</p>	SOM DE MARACÁS
<p>JULGAMENTO RAPOSA SERRA DO SOL (2008) - SUSTENTAÇÃO JOÊNIA WAPICHANA</p> <p>ENTRA LETTERING: JOÊNIA WAPICHANA advogada</p> <p>ENTRA IMAGEM: Jornal Correio Braziliense com imagem de indígenas no plenário do STF</p>	<p>GILMAR MENDES: Joênia Batista de Carvalho, com a palavra.</p> <p>JOÊNIA: Senhores ministros, eu falei hoje aqui que nós como comunidades indígenas do Barro, Maturuca, Jacarezinho, Tamanduá, nós estamos esperando que esse dia do julgamento bote um ponto final em toda violência que os povos indígenas da raposa Serra do Sol tem vivido pela disputa sobre suas terras. Que nossos valores espirituais, nossos valores culturais sejam considerados na aplicação dos nossos artigos da Constituição Federal de 88. Nós estamos vivendo um verdadeiro momento histórico hoje no Brasil.</p> <p>A Terra indígena raposa Serra do Sol como caso emblemático em todo o território nacional representa a voz dos povos indígenas também, de terem</p>

<p>ENTRA IMAGEM: Jornal Correio Braziliense com imagem de indígenas em manifestação em Brasília</p> <p>JULGAMENTO RAPOSA SERRA DO SOL (2008) - SUSTENTAÇÃO JOÊNIA WAPICHANA</p>	<p>realmente aplicado o que já foi garantido há 20 anos atrás, nossos direitos originários.</p> <p>O nosso direito à imprescritibilidade do direito à Terra.</p> <p>O nosso direito de viver conforme nossos usos, costumes e tradições. Então quem define a terra indígena são os povos indígenas. Na época do ano de 1977, quando iniciou o procedimento de demarcação das terras indígenas e vivíamos um grande conflito, muitas terras indígenas foram ocupadas e as comunidades ali que viviam foram expulsas. Não foram os indígenas que colocaram cerca.</p> <p>Foram pessoas que sempre quiseram explorar ali dentro da terra indígena. E essa exploração ela não vem apenas causando impacto em relação a nossa cultura, a questão social, mas vem acabando com a nossa terra. Nós vivemos aqui há mais de 30 anos se arrastando para que se conclua o processo de regularização fundiária. Nós durante 30 anos 21, lideranças indígenas foram assassinadas.</p> <p>Várias casas foram queimadas.</p> <p>Várias ameaças foram feitas e até hoje são feitas. A gente tá aqui com a legitimidade dos povos indígenas em caricó, macuxi e patamona que me confiaram como advogado indígena justamente para poder trazer aqui um pouco do nosso sentimento, um pouco na nossa realidade. Nós estamos aqui sentado esperando uma decisão, mas muitas comunidades indígenas ali em Roraima nos perguntam o que nós cometemos para sermos julgados hoje, qual foi o nosso crime? Que nós praticamos para ter a possibilidade de nossa terra retalhada. Pedacos em</p>
---	---

	<p>pedaço estão retirando.</p> <p>E amanhã?</p> <p>Como ficará isso?</p> <p>Eu quero lembrar aqui senhores Ministros, o que está em jogo são os 500 anos de colonização, é isso que está em jogo?</p>
<p>TRANSIÇÃO SUAVE</p> <p>IMAGEM: Congresso Nacional com bandeira tremulando ao fundo</p> <p>ENTRA LETTERING -</p> <p>Durante o final dos anos 1990 e os anos 2000, os indígenas seguem sem representatividade no legislativo federal, a principal esfera pública que decide sobre as pautas que afetam a vida e o território dos indígenas.</p> <p>Neste período, a organização social é a única opção para fazer frente aos 3.856 procedimentos legislativos com pautas anti-indígenas levantados pelo Conselho Indigenista Missionário entre 1995 e 2017.</p>	<p>TRANSIÇÃO SUAVE</p> <p>'Hino Nacional' cantado por Ernestina Macuxi</p> <p>TRANSIÇÃO SUAVE</p>
<p>COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE (2017) - DAVI KOPENAWA</p> <p>ENTRA LETTERING: DAVI KOPENAWA xamã e líder político Yanomami</p> <p>ENTRA LETTERING:2017 - Em Comissão da Câmara dos Deputados, indígenas são convidados para debater sobre o contexto de mudanças climáticas.</p>	<p>DAVI KOPENAWA: Primeiro, vou agradecer vocês que convidaram nós pra entrar nessa porta. Você que deixou aberto para nós, índio brasileiro legítimo sentar aqui nesta mesa.</p> <p>Essa é a nossa madeira, retirada da nossa reserva. Então, eu agradeço muito vocês, vocês pensaram, mas demoraram muito. Demoraram para pensar em nós para falar aqui sobre a nossa situação.</p>
<p>IMAGEM: Congresso Nacional</p>	<p>"Com a palavra, deputada Joênia Wapichana!"</p>

<p>1º DISCURSO DE JOÊNIA WAPICHANA COMO DEPUTADA</p> <p>ENTRA LETTERING: JOÊNIA WAPICHANA deputada federal (Rede - RR)</p> <p>ENTRA IMAGEM: Raoni, Krenak e demais indígenas - Arquivo Diário da Constituinte</p> <p>1º DISCURSO DE JOÊNIA WAPICHANA COMO DEPUTADA</p>	<p>JOENIA: Atravesso séculos de colonização para falar de igual para igual e ser considerada uma representante legítima a ocupar esse parlamento e defender os direitos e interesses dos povos indígenas do Brasil.</p> <p>Ocupo hoje este assento republicano, mas venho precedida de muitas lideranças indígenas, homens e mulheres que estiveram nesta casa em momentos históricos como na votação e elaboração da nossa constituinte.</p> <p>E dizer que em nome dos povos Wapichana, Macuxi, Taurepang, Wai Wai, Sapará, Ingaricó, Yanomami que vivem no estado de Roraima e, dessa forma, nós vamos nos posicionar em todas as matérias que tratam da questão indígena principalmente para resguardar os direitos constitucionais.</p> <p>E essa importância indígena nesta casa, neste espaço democrático, isso que muito tempo nós lutamos será lembrado por nossas futuras gerações. Com isso, quero deixar bem claro aqui nesta casa, que existem muitos momentos de ameaça às conquistas que obtivemos na constituição de 88.</p>
<p>COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA CÂMARA</p> <p>ENTRA LETTERING: SÔNIA GUAJAJARA coordenadora executiva da APIB</p> <p>ENTRA LETTERING: Em sessão requerida por Joênia, lideranças abordam o papel dos povos indígenas na proteção do meio ambiente.</p> <p>ENTRA IMAGEM: Recorte de Jornal El País</p>	<p>SÔNIA GUAJAJARA: “Por meio da Deputada Joênia conseguiu organizar que a gente pudesse estar aqui hoje conversando entre nós, conversando com o parlamento e também com o executivo.</p> <p>E o ano de 2019 nos recebeu em um contexto muito grave. O presidente Bolsonaro disse em sua campanha que não haveria um centímetro de terras demarcadas para os povos indígenas, quando ele foi perguntado em uma outra reunião em campanha, "desculpa eu errei não é nenhum centímetro, é nenhum milímetro”.</p>

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA CÂMARA	
1º DISCURSO DE JOÊNIA WAPICHANA COMO DEPUTADA	JOÊNIA: “Quero aqui deixar bem claro, que posicionamos contra a MP 870 que justamente retirou a competência de demarcação da FUNAI, desmantelando a FUNAI, retirando essa competência para atribuir a um órgão que claramente defende o latifúndio e uma classe que sempre disputou direitos territoriais indígenas.”
COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA CÂMARA	SÔNIA GUAJAJARA: “Nós lutamos sim pela volta da Funai ao Ministério da Justiça!”
COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA CÂMARA ENTRA LETTERING: RAONI METUKTIRE cacique Kayapó	RAONI: “Me dirigir para o presidente do Inbra, devolve a pasta para a Funai, isso que eu quero!”
TRANSIÇÃO SUAVE IMAGEM: Manifestação da Marcha das Mulheres Indígenas LETTERING: 2020/2021 Além da luta pela terra, os indígenas precisaram lutar por suas vidas contra a COVID-19. Entre 2020 e 2022, ao menos 949 indígenas morreram pelo vírus de acordo com dados da SESA. Neste mesmo período, os indígenas se manifestaram de forma virtual e, após a disponibilização das vacinas, em Brasília.	TRANSIÇÃO SUAVE SOM DE TAMBORES SOM DA MANIFESTAÇÃO
JOÊNIA WAPICHANA	JOÊNIA WAPICHANA: A situação dos

	<p>povos indígenas nessa pandemia, o coronavírus e nós temos muita preocupação em face da situação emergente.</p>
<p>ENTREVISTA RAYANE</p> <p>ENTRA LETTERING: RAYANE indígena Kamaiurá</p>	<p>RAYANE: “A pandemia que teve foi muito difícil para gente e muitos povo indígena morreram por causa da Covid e perdemos muitas famílias por causa disso também da pandemia que aconteceu e ficou difícil para os povo indígenas”.</p>
<p>ENTREVISTA CINTIA</p> <p>ENTRA LETTERING: CINTIA indígena Guajajara</p>	<p>CINTIA GUAJAJARA: “Houve esse vírus muito forte que infectou a vida dos povos indígenas nas comunidades, fora das comunidades, e a gente começou a nos apropriar da ferramenta virtual, dos aparelhos, da comunidade da internet. E aí através disso a gente foi lutando e lutando.”</p>
<p>LIVE ATL - SONIA GUAJAJARA</p>	<p>SÔNIA GUAJAJARA: “É sufocante não saber onde isso vai parar, onde isso vai acabar, parece mais um cenário de guerra, onde todos procuram refúgio e o único lugar seguro parece ser o nosso território. Mas estes territórios estão ameaçados, estão atacados.”</p>
<p>LIVE MARCHA DAS MULHERES INDÍGENAS - SONIA GUAJAJARA</p> <p>ENTRA LETTERING: 2021 - Em setembro, a 2ª Marcha da Mulheres Indígenas é organizada pela ANMIGA em Brasília.</p> <p>A mobilização acompanhou o primeiros votos do julgamento sobre o Marco Temporal no STF.</p> <p>ENTRA LETTERING: A mobilização também é marcada por manifestações contra o governo do presidente Jair Bolsonaro e projetos de lei que tramitavam no Congresso.</p> <p>Além de estar em julgamento pelo STF,</p>	<p>SÔNIA GUAJAJARA: “Nós estamos aqui para lutar contra o Marco Temporal, contra o projeto de lei 490, contra o projeto de lei 191, que autoriza a mineração em nossos territórios, para lutar contra o projeto de lei da grilagem que premia invasores de nossas terras,</p> <p>É pra isso que nós estamos aqui para lutar contra toda essa agenda anti-indígena que tramita nos três poderes da União.”</p>

<p>a tese do Marco Temporal tramitava na Câmara por meio do PL 490 com o objetivo de restringir a demarcação de terras apenas às terras ocupadas por indígenas antes de 05/10/ 1988.</p>	
<p>ENTREVISTA CINTIA GUAJAJARA</p>	<p>CINTIA GUAJAJARA: “A gente não desistiu. E aí o que a gente tá observando teve a marcha teve que o ATL para não o Marco temporal, né? A gente não quer que mexe na Constituição Federal porque ela que garante nossos direitos, as nossas existências, foi em luta de vida, muitas lideranças perderam a vida muito, homens e mulheres lutaram para construir e fizeram parte da Constituição Federal e a gente não aceita mexer a gente não é como se rasgasse a nossa vida.</p>
<p>TRANSIÇÃO SUAVE</p> <p>IMAGEM: Folhas</p> <p>ENTRA LETTERING: Árvore.</p> <p>ENTRA LETTERING: 2022</p> <p>Em mais uma manifestação da Articulação Nacional dos Povos Indígenas (APIB) em Brasília, indígenas lançam uma campanha composta por povos originários de todo o Brasil para disputar as eleições ao legislativo em 2022.</p>	<p>TRANSIÇÃO SUAVE</p> <p>CANTO</p>
<p>ACAMPAMENTO TERRA LIVRE 2022</p> <p>ENTRA LETTERING: WEIBE TAPEBA vereador de Caucaia (PT-CE) e atual secretário da SESA</p>	<p>WEIBE “Nós nos últimos anos temos crescido no quesito da política partidária. Viemos de alguns tempos, alguns momentos que nós mesmos desconfiávamos de nós mesmos de ocupar espaço na política brasileira. Sobretudo porque a política não é pensada para nós, se fosse pensada para nós teríamos mais vozes no parlamento e no poder executivo. Nós entendemos que é urgente um projeto de reforma política que segmentos como o nosso possam ter</p>

	uma voz mais ativa”
ACAMPAMENTO TERRA LIVRE 2022 ENTRA LETTERING: JOÊNIA WAPICHANA deputada federal	JOENIA: “Com a esperança que nós vamos aumentar a nossa bancada indígena, pra mostrar que não sou a única nem a última, pra mostrar que vem outras por aí como Sonia Guajajara, como Shirley, como Mayau, como Kretã e como outros que estão aqui. “
ACAMPAMENTO TERRA LIVRE 2022 ENTRA LETTERING: SONIA GUAJAJARA coordenadora executiva da APIB	SONIA: “Não podemos mais permitir de ficar a margem da construção da condução deste país. Por muito tempo não aceitamos conduzir a Funai, conduzir a SESAI, mas agora é um novo tempo. Nós precisamos retomar a democracia, queremos mais, queremos assumir ministérios, somos capazes de assumir todas as políticas públicas neste país.
ACAMPAMENTO TERRA LIVRE 2022 ENTRA LETTERING: CÉLIA XACRIABÁ cofundadora da ANMIGA	CÉLIA: “Temos a plena dimensão do esforço coletivo e necessário para defender a democracia, porque não existe democracia sem a demarcação dos territórios indígenas”
ACAMPAMENTO TERRA LIVRE 2022	WEIBE: São 495 terras indígenas na fila esperando providências, são 119 ti na primeira fase ainda que não tá prosseguindo esta demarcação, mais de 50% de ti aguardando segurança jurídica
ACAMPAMENTO TERRA LIVRE 2022	JOENIA: Esse é o interesse dos povos indígenas, derrubar todos os PLs anti-indígenas, anti-ambientais.
ACAMPAMENTO TERRA LIVRE 2022	SONIA: Nós queremos participar da construção de um projeto de um novo Brasil. E é por isso que decidimos em 2022 lançar uma bancada indígena pra a disputa eleitoral. Uma bancada indígena, uma bancada do cocar que vai destituir de vez a bancada ruralista.
ACAMPAMENTO TERRA LIVRE 2022	JOENIA: Com os povos indígenas, com respeito, diálogo, com protagonismo. É isso que queremos.

	apostando, batendo nossos maracás, fazendo nossos cantos e rituais mandando energias e força acreditando que ia dar certo. Nossos ancestrais já profetizavam que um dia iríamos ocupar estes espaços de poder”
ENTREVISTA CLEIDIANE ENTRA LETTERING: CLEIDIANE indígena Boe	CLEIDIANE: “Hoje é um momento muito riquíssimo, né. Momento de muitas emoções que hoje a gente tem as mulheres nos representando como tanto na ministra, na Funai e os espaços estão sendo ocupados por mulheres indígenas. A gente tá muito feliz por essa conquista, né? Que não é fácil, mas conseguimos chegar.”
POSSE MPI ENTRA LETTERING: SÔNIA GUAJAJARA deputada federal eleita (PSOL-SP) e Ministra dos Povos Indígenas	SÔNIA GUAJAJARA: Hoje vocês todos estão presenciando um momento de transição histórica tal, qual foi a singular colaboração indígena na assembleia nacional constituinte naquela ocasião um passo muito importante foi dado com o fim do paradigma integracionista e da tutela hoje vocês presenciam um passo ainda maior com este ministério dos povos indígenas e esperamos com isso fazer respeitar a nossa existência e o nosso protagonismo.
ENTREVISTA RAYANE ENTRA LETTERING: RAYANE indígena Guajajara	RAYANE: eu acho que os povos indígenas acho que elas se sentem mais protegidos agora por elas, já que elas são os povos indígenas.
POSSE MPI ENTRA LETTERING: CÉLIA XACRIABÁ deputada federal (PSOL-MG)	CÉLIA XACRIABÁ: Sônia é o retrato da nossa Conquista histórica em 2022 a bancada do cocar que segue no Congresso Nacional, mas agora também segue com o presidente Lula. Esse Ministério é novo, mas na verdade Esse Ministério é ancestral e é essa conquista da luta de tantas vezes que estivemos junto com o povo do lado de fora aqui em Brasília clamando por direito, quantas vezes Sônia estivemos aqui em Brasília na casa do lado de fora levando spray de pimenta bala de borracha ainda em 2021.

	<p>Isso aconteceu na segunda Marcha das mulheres indígenas foi nós que sustentamos para não invadir o STF no julgamento do Marco temporal e hoje estamos aqui do lado de dentro para reflorestar, para indigenizar, para emagrecer esse espaço. O ministério poderia ser e é também da floresta, da terra, da vida.</p>
<p>ENTREVISTA LORENA ENTRA LETTERING: LORENA indígena em contexto urbano e artesã</p>	<p>LORENA: Já vim em outras manifestações, conheci a Sônia também nos movimentos, a sede é sempre no movimento e com essa força delas com essa com essa retomada, com essa tomada, né?</p>
<p>ENTREVISTA CLEIDIANE</p>	<p>CLEIDIANE: De uns tempo para cá, eu vi as mulheres indígenas, né? Elas começaram a fazer essa articulação e começaram a fazer esse movimento delas, né? E aí começaram a fazer alguma mudança, né em nossa defesa em nosso apoio como tanto na educação na saúde que quatro anos atrás praticamente a nossa saúde é a nossa educação. Tava muito complicada, mas eu acredito que nessa nova gestão agora vai mudar vai a gente vai começar a ter melhorias na saúde na educação e também teve</p>
<p>POSSE MPI</p>	<p>CÉLIA XACRIABÁ: Somos nós mulheres indígenas que temperamos o ministério Parlamento somos mulheres parteiras benzedoras ministra politizada, nós fazemos um enfrentamento ainda que não sejamos belas do recatada. Nós não somos recatados muitas vezes, nem somos nem estamos lá, pois nós temos um pé no chão da Aldeia e o outro do lado de cá, nós somos mulheres que resistem pela força do cantar somos um ministério da terra da terra Araribóia para o ministério indígena a centralidade agora Toma posse pela bancada do cocar. Vem Sônia você que escuta o chamado dos povos indígenas pelo canto</p>

ENTREVISTA RAYANE	RAYANE: Espero que nesse ano 2023 já que a Sonia e a Célia estão lá, espero que os povo indígenas fique bem agora.
POSSE FUNAI ENTRA LETTERING: JULIANA CARDOSO deputada federal (PT-SP)	JULIANA CARDOSO: A esperança de vocês estarem aqui é uma esperança de que a gente vai retomar. Todos os direitos que foram a longo de décadas retirado do nosso povo é muito trabalho é muito serviço. Mas acima de tudo o enfrentamento que vocês vão fazer com esses senhores que acham donos dos nossos corpos que acham donos por conta da ganância do dinheiro de acabar com as nossas vidas. Eu sei o que vocês vão enfrentar não somente como mulheres indígenas, mas como mulheres que a gente sabe que ainda existe o machismo estrutural que quer. Nos expulsar desses espaços.
ENTREVISTA LORENA	LORENA: É um fato e o momento histórico porque se já tem deputada e se já tem ministra é porque saiu de lá das suas bases correu estudou procurou o conhecimento para não precisar do branco para representar porque o branco não sabe que o que se passa não vai saber falar direito o que se passa, né? Às vezes a gente se lê uma realidade e falar aquela realidade é diferente de quem sente aquela realidade porque a comunicação ela é passada pelo sentimento a gente consegue sentir porque uma oratória ela não tem valor quando não tem sentimento não tem alma.
ENTREVISTA CINTIA	CINTIA: Não mais nosso direito, não mais negado, porque já chega de negação de direito. E assim, duas mulheres potentes que estão aqui e também a Joenia vai puxando que foi a primeira deputada que está aqui, mas agora com a vinda da Célia Xacriabá e a Sônia só fortalece só

	fortalece a luta e o protagonismo das mulheres indígenas, né?
POSSE MPI	SONIA: Eu quero convidar aqui a nossa parentíssima deputada. Joênia, Wapichana que a partir de agora a partir de agora passa a presidir a Fundação Nacional do Índio, que vai passar que passar a se chamar Fundação Nacional dos povos indígenas.
<p>POSSE FUNAI</p> <p>IMAGEM: Ambiente do Memorial</p> <p>ENTRA LETTERING: JOÊNIA WAPICHANA presidente da FUNAI</p>	<p>JOENIA: Tá organizando o momento esse histórico da Posse qual seria o lugar para sempre estar presente na nossa na nossa memória é este lugar onde a gente tá memorial dos povos indígenas porque muitos anos o movimento indígena veio acampar aqui do lado.</p> <p>Fazer o acampamento Terra livre então para quem participa.</p> <p>Muitos anos deviam se alojar aqui e aqui marcha lá no Supremo Tribunal Federal o congresso e para o planalto. Então esse espaço aqui também histórico de lembrar a luta dos povos indígenas história histórico de onde saiu as demandas indígenas para os poderes para os três poderes e agora eu represento em parte 1 parte do executivo uma parte que também vai ser cobrada, mas é diferente agora, né? É diferente, porque como nós estamos assumindo uma responsabilidade nós queremos também compartilhar essa responsabilidade</p>
ENTREVISTA CINTIA	CINTIA: E a gente espera que nesse governo venha atender a nossas demandas as nossas pauta, né? Nossas necessidades nos territórios principalmente com relação ao lado direitos indígenas Direitos Humanos Direitos que nós estamos inseridos, a gente tá acreditando e apostando que vai dar tudo certo isso nos deixa muito feliz

	<p>nesse momento histórico nesse momento muito histórico para os povos indígenas a passagem a vinda delas para o congresso e a criação do Ministério dos povos indígenas é um reconhecimento da existência dos povos indígenas aqui no Brasil.</p>
<p>POSSE FUNAI</p> <p>ENTRA LETTERING: RAONI METUKTIRE</p> <p>cacique Kayapó</p>	<p>CACIQUE RAONI: Quero dizer que tem que ser assim nós indígenas, principalmente os jovens têm que assumir esses órgãos e trabalhar para nosso povo indígena.</p>
<p>POSSE FUNAI</p>	<p>JOENIA: Mas o importante é que tem que ter a participação dos povos indígenas na Funai, tem que estar participando e agora Funai tá indígena vai presidir Funai vai presidir com o modo indígena.</p>
	<p>CÉLIA: Com a força do Jenipapo do Urucum que chamamos aqui e dizer que a mão que tentou copiar a democracia não governa a nossa existência a lama que matou vários rios e correu várias montanhas e a nossa Mata Atlântica eu não sou terror. A nossa esperança o fogo que queimou Galdino aqui em Brasília, não queimou o nosso canto a motosserra e a caneta que derruba Amazônia não derrubou a nossa espiritualidade o fogo que queimou o Pantanal e o Pampa não queimou brotar das mulheres indígenas nasceram. E vão continuar nascendo muitas outras mulheres bioma as guerreiras da ancestralidade. Nós somos mulheres sementes não somos mulheres somente</p>
<p>TRANSIÇÃO SUAVE</p> <p>IMAGEM: Joênia Wapichana e demais indígenas após a posse</p>	<p>TRANSIÇÃO SUAVE</p> <p>CANTO</p>
<p>ENTREVISTA CINTIA</p>	<p>CINTIA: Hoje nós temos várias lideranças mulheres de frente na linha de frente é uma conexão muito forte com a terra a importância da terra território para nós a</p>

	<p>questão da territorialidade a importância de conservar de conservação de manter as florestas em pé porque a gente tá observando as mudanças climáticas também nós dizemos que somos mulheres que viemos de seis biomas, né? E eu venho do da Amazônia Oriental e a importância de nós é conservar nossas sementes para não secar a raiz e conservar suas mulheres árvore.</p>
<p>ENTREVISTA LORENA</p>	<p>LORENA: As mulheres sementes elas são sementezinha, as raízes. Então ela já é tão vendo o que acontece para continuar essa informação lá na frente porque antes dessa dessas pessoas estarem aí já teve outras pessoas que já vieram também é como a gente já viu que agora com com a democratização da informação, a gente já soube que teve o Juruna que já veio também, que outras pessoas do movimento.</p> <p>Como a unir quem sabe antecedente deles também já vieram só que não tinha essa essa informação tão baixa como tem hoje, então vai ser a continuação das crianças vindo vai ser o porta-voz da continuação hoje porque uma hora todo mundo vai né? E aí fica aí só a gente chama de ancestralidade. Ela nunca morre, ela é uma engrenagem que está sempre girando sempre se renovando.</p>
<p>POSSE FUNAI</p>	<p>SONIA: Porque a gente vê hoje o resultado do que foi esses anos todos de luta de mobilização de resistência, né de nossos povos. Quero cumprimentar aqui também a Narubia Carajé que está aqui hoje representando né? Como secretária lá da Secretaria dos povos indígenas do Tocantins. E aí em nome da Naruto é o cumprimento de todas as secretarias que estão assumindo também nesse</p>

	<p>momento, né? Nós temos a Simone Karipuna que acabou de assumir secretária lá no estado do Amapá, né? A Juliana Jenipapo Canindé que assumiu como secretária também lá no Estado do Ceará.</p> <p>A Rosilene Guajajara que está assumindo como secretária de junta lá no estado do Maranhão a Patrícia pataxó que assumiu como superintendente também da Secretaria dos povos indígenas lá no estado da Bahia.</p> <p>Apoio tem Puyr Tembê acabou de ser convidada para assumir como secretária da secretaria de povos indígenas no Estado do Pará, então gente né?</p>
<p>ENTREVISTA CLEIDIANE</p>	<p>CLEIDIANE: Então, eu comecei a participar do nosso Nossa organização da base, né? Eu era mais dentro da nossa organização da base aí a primeira vez que eu vim aqui em Brasília, foi para a primeira marcha das mulheres e ali eu vi. Quanto era importante nós estar presente no movimento como tanto na TL e nesse movimento das mulheres ali eu vi quanto era importante. E aí eu não parei mais de lá para cá, eu continuei vindo acompanhando o movimento de perto aonde tá saindo. Eu sempre tô junto. Inclusive de cara, já me indicaram como uma coordenadora do Campo, né? E aí eu vi como era importante, né de mim tá lá, eu vejo assim meio que eu tô indo para ser político.</p> <p>Esse que já tô no caminho na verdade, né? Eu acredito que daqui mas quatro anos eu acho que já chego lá, então eu já tô quase no caminho político.</p> <p>Tem muitos que falam assim a gente se inspira em você, porque você é uma é mulher assim que tem uma voz ativa, você vai você, fala você leva a necessidade do nosso povo não só do</p>

	seu povo.
POSSE FUNAI	SONIA: Isso é resultado da nossa luta e é o momento também que as mulheres assumem o importante protagonismo, né? Nós estamos nesse momento, né? Não só vivendo assim, mas Construindo Uma nova história onde nós aqui marcamos o começo da política indígena no Brasil, até então era uma política indigenista onde outras pessoas não indígenas discutiam construíam representavam, né? E hoje é a política indígena, nós estamos ocupando esse lugar de pensar de construir
ENTREVISTA RAYANE	RAYANE: Eu tenho que o Brasil acho que vai ter mais um pouco indígena sendo igual essas mulheres que estão sendo tipo a série.
ENTREVISTA RAYANE	CLEDIANE: Então a gente espera que o Brasil seja mais futuro indígenas, né, e começou com os indígenas a gente espera que isso nunca termine e seja para o resto dos tempos dos momentos que for, mas que seja com os indígenas.
<p>TRANSIÇÃO SUAVE</p> <p>LETTERING: Em abril de 2023, durante o 19º ATL o Governo Federal anunciou a homologação de seis terras demarcadas.</p> <p>LETTERING: Mesmo com maior representatividade na política nacional, os indígenas enfrentam antigos e novo desafios. Em emergência de saúde pública, o povo Yanomami sofre com a presença de garimpeiros no território indígena. A ação de invasores provoca a contaminação de rios por mercúrio, aumento no número de casos de malária e conflitos”</p>	<p>TRANSIÇÃO SUAVE</p> <p>‘Hino Nacional’ cantado por Ernestina Macuxi</p>

<p>LETTERING: Na Câmara dos Deputados, o PL 490 foi aprovado no dia 30 de maio de 2023 e seguiu em tramitação pelo Senado Federal. No início de junho, o julgamento do STF sobre o Marco Temporal foi retomado com o voto do ministro Alexandre de Moraes e suspenso na sequência.</p> <p>Moraes e Edson Fachin votaram contra a tese. Nunes Marques foi o único a se manifestar a favor até a sessão de 7 de junho.</p> <p>TRANSIÇÃO SUAVE</p> <p>IMAGEM: Capa da revista Porantim</p> <p>TRANSIÇÃO SUAVE</p> <p>IMAGEM: Zoom e foto de Raoni na rampa do Palácio do Planalto</p>	
<p>LETTERING: O uso do termo 'índio' neste documentário reserva-se ao contexto histórico ao qual se inserem os arquivos reproduzidos. Para designar os povos originários do Brasil prefere-se o termo indígenas, o qual valoriza a diversidade de cada povo.</p>	
<p>CRÉDITOS</p>	<p>TRANSIÇÃO SUAVE</p> <p>CANTO</p>

FICHA DO TCC	Trabalho de Conclusão de Curso JORNALISMO UFSC		
ANO	2023.1		
ALUNO	Gabriel Rosa Padilha		
TÍTULO	Aldear: a democracia indígena		
ORIENTADOR	Aureo de Moraes Mafra		
MÍDIA	<input type="checkbox"/>	Impresso	
	<input type="checkbox"/>	Rádio	
	<input checked="" type="checkbox"/>	TV/Vídeo	
	<input type="checkbox"/>	Foto	
	<input type="checkbox"/>	Website	
	<input type="checkbox"/>	Multimídia	
CATEGORIA	<input type="checkbox"/>	Pesquisa Científica	
	<input type="checkbox"/>	Produto Comunicacional	
	<input type="checkbox"/>	Produto Institucional (assessoria de imprensa)	
	<input checked="" type="checkbox"/>	Produto Jornalístico (inteiro)	Local da apuração: Brasília
	<input type="checkbox"/>	Reportagem livro reportagem ()	(X) Florianópolis (X) Brasil (X) Santa Catarina () Internacional (X) Região Sul País: _____
ÁREAS	Indígenas; Brasil; Política; Estado; Jornalismo; Documentário		
RESUMO	<p>“Aldear: a democracia indígena” é um documentário em vídeo que registra historicamente a presença de indígenas em espaços dos três poderes do Estado brasileiro. Com foco no protagonismo dos povos originários no legislativo, executivo e judiciário, esta produção retrata discursos de lideranças como Mário Juruna, nos anos finais da ditadura militar, além da presença ativa do movimento social organizado na Assembleia Constituinte e a luta pelos direitos conquistados na Constituição Federal de 1988. Tendo, também, como plano central a terra e a Capital Federal, o documentário culmina em 2023 após apresentar momentos históricos e pioneiros protagonizados por lideranças indígenas na política nacional, os quais</p>		

	despertam olhares de esperança para o futuro das comunidades indígenas do Brasil.
--	---

ANEXO C - Declaração de autoria e originalidade

Eu, Gabriel Rosa Padilha, aluno(a) regularmente matriculado(a) no Curso de Jornalismo da UFSC (JOR/CCE/UFSC), matrícula 19101537, declaro para os devidos fins que o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado '**Aldear: a democracia indígena**' é de MINHA AUTORIA e NÃO CONTÉM PLÁGIO.

Estou CIENTE de que em casos de trabalhos autorais em que houver suspeita de plágio será atribuída a nota 0,0 (zero) e que, adicionalmente, conforme orientação da Ouvidoria e da Pró-Reitoria de Graduação (Prograd), "em caso de suspeita ou verificação de plágio, o professor deverá notificar o Departamento no qual está lotado para as providências cabíveis".

Autorizo a publicação do TCC no Repositório Digital da UFSC.

Florianópolis, 04 de julho de 2023.

Assinatura